**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

HELOISE KALBUSCH CÉ

**A (IN) EFICÁCIA DA MEDIDA DE SEGURANÇA APLICADA AOS PORTADORES
DE PSICOPATIA FRENTE AOS INSTITUTOS DA INIMPUTABILIDADE E SEMI-
IMPUTABILIDADE**

**Rio do Sul
2021**

HELOISE KALBUSCH CÉ

**A (IN) EFICÁCIA DA MEDIDA DE SEGURANÇA APLICADA AOS PORTADORES
DE PSICOPATIA FRENTE AOS INSTITUTOS DA INIMPUTABILIDADE E SEMI-
IMPUTABILIDADE**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito,
pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento
do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI

Orientador(a): Prof. Dr. Pablo Franciano Steffen

Rio do Sul

2021

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – UNIDAVI**

A monografia intitulada “**A (IN) EFICÁCIA DA MEDIDA DE SEGURANÇA
APLICADA AOS PORTADORES DE PSICOPATIA FRENTE AOS INSTITUTOS DA
INIMPUTABILIDADE E SEMI-IMPUTABILIDADE**”, elaborada pelo(a) acadêmico(a)

NOME COMPLETO, foi considerada

APROVADA

REPROVADA

por todos os membros da banca examinadora para a obtenção do título de
BACHAREL EM DIREITO, merecendo nota _____.

_____, _____ de _____ de _____.

Prof. Mickhael Erik Alexander Bachmann
Coordenador do Curso de Direito

Apresentação realizada na presença dos seguintes membros da banca:

Presidente: _____

Membro: _____

Membro: _____

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Direito, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Rio do Sul, 18 de outubro de 2021.

Heloise Kalbusch Cé
Acadêmica

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais e minha família, por terem me dado forças e incentivo para alcançar todos os meus objetivos, mesmo nas vezes em que eu achava que não era capaz.

Agradeço ao meu namorado Iago, a quem sempre estive ao meu lado, não somente durante a elaboração do presente trabalho, mas também durante toda minha trajetória acadêmica, sempre apoiando e incentivando cada passo. Você foi essencial.

Agradeço ao meu orientador, Professor Pablo, por ter desempenhado esse papel de maneira ímpar, com muita dedicação e competência.

Ainda, agradeço aos meus amigos, que apesar de estarem passando pelas mesmas dificuldades, não mediram esforços e estenderam a mão em todos os momentos, vocês são parte essencial disso.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para que hoje eu concluísse essa fase de uma maneira tão incrível.

RESUMO

Tanto o crime quanto portadores de psicopatia sempre estiveram presentes na sociedade, no entanto, foi apenas recentemente com a evolução midiática, bem como evolução dos sistemas penais e pesquisas acerca do tema que os crimes perpetrados por portadores de psicopatias vieram a se tornar conhecidos, tornando-se extremamente relevantes, seja pelo nível de violência ou repercussão midiática que causaram. No entanto, discussões sobre o tratamento desses datam de muito pouco tempo. Prefacialmente foram analisados elementos acerca do conceito de criminologia, bem como os pressupostos de culpabilidade e inimputabilidade. Após, discorreu-se acerca da psicopatia e dos crimes praticados por assassinos em série, pois, em sua grande maioria são portadores de psicopatia e possuem maior nível de reincidência. Por fim, buscou-se discorrer acerca da medida de segurança e sua aplicabilidade no ordenamento jurídico brasileiro, bem como a sua eficácia. O presente trabalho tem como objetivo analisar e discutir a eficácia da medida de segurança quando aplicada aos portadores de psicopatia, utilizando-se do método indutivo, através do procedimento monográfico e coleta de dados através de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Crime. Medida de Segurança. Psicopatia. Tratamento.

**ABSTRACT (ou) RESUMEN (ou) RÉSUMÉ (ou) RIASSUNTO (ou)
ZUSAMMENFASSUNG**

Both crime and people with psychopathy have always been present, however, it was only recently with the evolution of the media, as well as the evolution of penal systems and research on the subject that their crimes came to be known, becoming extremely relevant, either by level of violence or media repercussion they caused. However, discussions about the treatment of these date are from a little while ago, thus, the present work aims to analyze and discuss the effectiveness of the safety measure when applied to patients with psychopathy, using the inductive method, through the monographic procedure and data collection through bibliographic research. Initially, elements about the concept of criminology were analyzed, as well as the presuppositions of culpability of inimputability. Afterwards, it was discussed about psychopathy and crimes committed by serial killers, as the vast majority of them have psychopathy and have a higher level of recurrence. Finally, we sought to discuss the security measure and its applicability in the Brazilian legal system, as well as its effectiveness.

Palavras-chave: Crime. Security Measure. Psychopathy. Treatment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 ASPECTOS CRIMINOLÓGICOS E OS PRESSUPOSTOS DE CULPABILIDADE	3
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CRIMINOLOGIA	4
2.1.1 ESCOLA CLÁSSICA	4
2.1.2 ESCOLA POSITIVA	6
2.2 OBJETO	7
2.3 CULPABILIDADE.....	7
2.3.1 ELEMENTOS DA CULPABILIDADE	9
2.3.1.1 Imputabilidade	9
2.3.1.2 Potencial consciência da ilicitude	11
2.3.1.3 Exigibilidade de conduta diversa	12
2.3.2 INIMPUTABILIDADE	13
2.3.2.1 Menores de 18 anos.....	14
2.3.2.2 Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior	15
2.3.2.3 Doença mental e o desenvolvimento mental incompleto ou retardado	15
2.3.2.4 Semi-imputabilidade	16
3 PSICOPATIA	19
3.1 CARACTERÍSTICAS	20
3.2 NÍVEIS DE PSICOPATIA	23
3.3 A IMPUTABILIDADE PENAL DO PSICOPATA.....	24
3.4 ASSASSINOS EM SÉRIE	26
3.4.1 ASPECTOS GERAIS E PSICOLÓGICOS: ORIGEM DO PROBLEMA	28
3.4.2 MODUS OPERANDI E ASSINATURA	31
3.5 PSICOPATIA E ASSASSINOS EM SÉRIE	32
4 MEDIDA DE SEGURANÇA	34
4.1 PRESSUPOSTOS DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	35

4.2 INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL.....	38
4.3 APLICAÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA	40
4.3.1 LOCAIS DE INTERNAÇÃO E TRATAMENTO.....	42
4.3.2 CONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA EM MEDIDA DE SEGURANÇA	44
4.3.3 PRAZO DA MEDIDA DE SEGURANÇA.....	45
4.3.4 EXAME DE CESSAÇÃO DE PERICULOSIDADE E DESINTERNAÇÃO	46
4.4 EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA AO PSICOPATA	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objeto analisar a eficácia da medida de segurança aplicada aos portadores de psicopatia tendo em vista a aplicabilidade dos institutos da inimputabilidade e semi-imputabilidade.

O objetivo institucional é a produção do presente Trabalho como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI.

O objetivo geral deste trabalho é verificar a eficácia da medida de segurança para o agente psicopata, tendo como fundamento a grande discussão acerca da imputabilidade ou semi-imputabilidade do portador de psicopatia.

Os objetivos específicos são: a) analisar a eficácia da medida de segurança; b) discutir a imputabilidade penal do psicopata; c) demonstrar se a medida de segurança é, de fato, eficaz quando aplicada aos portadores de psicopatia.

Na delimitação do tema levanta-se o seguinte problema: a medida de segurança aplicada aos portadores de psicopatia é eficaz?

Para delimitação do problema, analisa-se a seguinte hipótese: supõe-se que a medida de segurança quando aplicada aos psicopatas é ineficaz.

O método de abordagem utilizado no presente trabalho será o indutivo, o método de procedimento será o monográfico, e ainda, o levantamento de dados se dará por meio da técnica da pesquisa bibliográfica.

A escolha do tema se deu em razão da necessidade de discussão acerca da medida de segurança, que embora muito presente e consolidada no ordenamento jurídico brasileiro, ainda carece de aperfeiçoamento e individualidade perante cada caso, principalmente quando esta é aplicada aos portadores de psicopatia, do qual carece de estudo.

Vislumbra-se no primeiro capítulo a conceitualização e as principais correntes acerca da criminologia através de sua criação e evolução histórica. Ainda, é objeto de estudo os pressupostos de culpabilidade, sendo: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. E ainda, a inimputabilidade com os seus devidos requisitos que, conforme o sistema biopsicológico, pode ser causal (existência de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado), cronológico (atuação ao tempo da ação ou omissão delituosa) e consequencial (perda total da capacidade de entender ou da

capacidade de querer), e ainda, a semi-imputabilidade aplicada no sistema jurídico brasileiro.

No segundo capítulo, buscou-se discorrer acerca do transtorno de personalidade antissocial, comumente denominado de psicopatia, esclarecendo as características de sua personalidade, níveis de psicopatia, bem como o mesmo é tratado no ordenamento jurídico brasileiro frente a sua imputabilidade, e ainda, as discrepâncias dos crimes cometidos por esses, tendo como base o assassino em série, que em sua grande maioria é portador de psicopatia.

Por fim, o terceiro e último capítulo se destina a discorrer sobre a medida de segurança, buscando compreender como a mesma é aplicada através dos pressupostos de aplicação, a quem se destina, como é realizado o incidente e insanidade mental, sua aplicação e os locais de tratamento, bem como o exame de cessação de periculosidade e a desinternação, e ainda verificar a eficácia da mesma quando aplicada nos agentes portadores de psicopatia.

Assim, o trabalho finaliza-se com as considerações finais, onde serão apresentados pontos essenciais destacados dos estudos realizados sobre a eficácia da medida de segurança aplicada aos portadores de psicopatia.

2 ASPECTOS CRIMINOLÓGICOS E OS PRESSUPOSTOS DE CULPABILIDADE

Prefacialmente cumpre definir a criminologia como uma ciência humana e social que estuda o criminoso, e assim, os fatores e causas que desencadearam a sua conduta criminosa; a criminalidade, como o conjunto de crimes em determinadas regiões e espaço de tempo; e ainda a solução.¹

Conforme ensinamentos de Antonio García-Pablos de Molina e Luiz Flávio Gomes:

Cabe definir a criminologia como ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e que trata de subministrar uma informação válida, contrastada, sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime – contemplado este como problema individual e como problema social -, assim como sobre os programas de prevenção eficaz do mesmo e técnicas de intervenção positiva no homem delinquente e nos diversos modelos ou sistemas de resposta ao delito.²

Assim, a criminologia é uma ciência empírica e interdisciplinar, uma vez que seu objeto de estudo é visível aos olhos do mundo real e decorre de sua consolidação histórica dotada de autonomia.³

A criminologia tem como função principal a junção de conhecimentos múltiplos acerca do crime, criminoso, vítima e controle social, permitindo assim compreender o problema criminal.

Conforme explica Antonio García-Pablos de Molina e Luiz Flávio Gomes:

A investigação criminológica, enquanto atividade científica, reduz ao máximo a intuição e o subjetivismo, submetendo o problema criminal a uma análise rigorosa, com técnicas empíricas. Sua metodologia interdisciplinar permite, ademais, coordenar os conhecimentos obtidos setorialmente nos distintos campos do saber pelos respectivos especialistas, eliminando contradições e suprimindo as inevitáveis lacunas. Oferece, pois, um diagnóstico qualificado e de conjunto sobre o fato delitivo. Convém, sem embargo, desmitificar algumas crenças sobre o saber científico criminológico, pois oferece uma imagem distorcida da Criminologia como ciência, da contribuição que esta possa oferecer e de sua própria função.⁴

¹ FARIAS JÚNIOR, João. **MANUAL DE CRIMINOLOGIA**. Curitiba: Juruá Editora, 2012. Página 13.

² MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 30.

³ PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; PENTEADO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2020. Página 21.

⁴ MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 149

Dessa forma, a pesquisa criminológica científica com toda a sua criteriosidade, afasta a intuição e o subjetivismo.⁵

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CRIMINOLOGIA

O crime sempre esteve presente na sociedade, pode-se dizer que o mesmo é tão antigo quanto o homem, portanto, a criminologia não pode ser considerada um descobrimento recente.⁶

No entanto, inexistiu uma uniformidade doutrinária quanto ao surgimento da criminologia como uma ciência de fato. Para muitos doutrinadores o “pai” da criminologia moderna é Cesare Lombroso, com a publicação do livro *O homem delinquente*, em 1876. Porém, o antropólogo Paul Topinard já teria utilizado o termo criminologia pela primeira vez em 1879, dentre outros tantos autores que já utilizaram o termo.⁷

Assim, para melhor compreensão, a criminologia encontra-se dividida entre escolas criminológicas, conforme se verá a seguir.

2.1.1 Escola Clássica

Intitulada assim pelos positivistas, os clássicos assumiram um legado racionalista, liberal e humanista. Assim, o crime é contemplado como um fato individual, sendo em suma, uma mera infração da lei, sem que haja de fato uma contemplação profunda da personalidade do infrator ou de seu meio social.⁸

Nas palavras de Antonio Gargía-Pablos de Molina e Luiz Flávio Gomes:

Falta na Escola Clássica uma preocupação inequivocamente “etiológica” (preocupação em indagar as “causas” do comportamento criminoso), já que sua premissa jusnaturalista a conduz a atribuir a origem do ato delitivo a

⁵ PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; PENTEADO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 27

⁶ MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 174.

⁷ PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; PENTEADO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 29

⁸ MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p.175.

uma decisão “livre” do seu autor, incompatível com a existência de outros fatores ou causas que pudessem influir no seu comportamento. É, pois, uma concepção mais “reativa” que “etiológica” e, como conclusão, só pode oferecer uma explicação “situacional” do delito. O próprio jusnaturalismo, da Escola Clássica, é inconciliável com as supostas diferenças qualitativas entre os homens honestos e os delinquentes (tese, pelo contrário, que seria mantida pelo positivismo): suas premissas filosóficas levam-lhe, assim, a sustentar o dogma da “equipotencialidade”.⁹

Dessa forma, os Clássicos abordaram duas teorias distintas, o já exposto *jusnaturalismo*, que decorre da ideia da natureza eterna, sendo um homem um ser imutável, e o contratualismo, onde o Estado e as leis surgem como uma forma de conter os delitos, cedendo esses sua liberdade e direitos para que possam ter segurança.¹⁰

Ainda, vale destacar que a Escola Clássica possui alguns princípios, sendo: o crime como um ente jurídico, a punibilidade baseada no livre-arbítrio, pena como caráter de retribuição, bem como método e raciocínio lógico-dedutivo. Dessa forma, a mesma parte da ideia de que o homem é livre e racional, sendo o mesmo capaz de tomar as próprias decisões.¹¹

Em suma, conforme aduz Ilana Casoy:

A Escola Clássica baseia-se na ideia de que pessoas cometem certos atos ou crimes utilizando-se de seu livre-arbítrio, ou seja, tomando uma decisão consciente com base em uma análise de custo versus benefício, vale a pena corrê-lo. Se a punição for extrema, não haverá crimes.¹²

Assim, a imagem do homem como ser livre e racional, o pacto social e a percepção utilitária do castigo, formam o pensamento Clássico.¹³

⁹ MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 175.

¹⁰ PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; PENTEADO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 35.

¹¹ PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; PENTEADO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 35.

¹² CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel? e Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 21.

¹³ MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 175.

2.1.2 Escola Positiva

Com início no século XIX, a Escola Positiva teve três fases, a antropológica, de Lombroso; sociológica, de Ferri; e jurídica, de Garófalo.¹⁴

Cesare Lombroso publicou no ano de 1876 o livro *O homem delinquente*, e é até hoje considerado o pai da criminologia.

O mesmo, após necropsiar 383 cadáveres, concluiu que o homem criminoso é nato, idêntico ao louco moral, apresenta base epiléptica e constitui um tipo especial, sendo chamado de tipo lombrosiano. Ainda, Lombroso classifica o delinquente em nato, louco, por paixão e por ocasião.¹⁵

Enrico Ferri, discípulo de Lombroso, criador da sociologia criminal, por sua vez aduz que a criminalidade advém de outros fatores, como fenômenos antológicos, culturais e físicos. Ferri classifica o criminoso como nato, louco, habitual, por paixão e por ocasião.¹⁶

Por fim, Rafael Garófalo, afirmou que o crime sempre esteve no homem e que se revelaria conforme o mesmo se degenerasse. Ainda, criou o conceito de periculosidade, que é o viés entre o delinquente e a porção de sua maldade. Para Garófalo, os criminosos são divididos entre natos, fortuitos ou pelo defeito moral especial.¹⁷

O Positivismo acredita na existência de leis naturais, porém, essas não são originais do *jusnaturalismo*, mas sim na ordem física e social.¹⁸

Conforme aduz Antonio Gargía-Pablos de Molina e Luiz Flávio Gomes:

A característica diferencial do positivismo criminológico reside no método, mais ainda que nos postulados, muitas vezes contraditórios e equívocos de seus representantes: o método “positivo”, empírico, que trata de submeter constantemente a imaginação à observação e os fenômenos sociais às leis férreas da natureza; a “cosmogonia da ordem e do progresso”, a fé cega na onipotência do método científico e na inevitabilidade do progresso.¹⁹

¹⁴ PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; PENTEADO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 36.

¹⁵ FARIAS JÚNIOR, João. **MANUAL DE CRIMINOLOGIA**. Curitiba: Juruá Editora, 2012. p. 23.

¹⁶ PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; PENTEADO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2020. p.39.

¹⁷ PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; PENTEADO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 39-40.

¹⁸ MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 185.

¹⁹ MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 184.

Ainda, nesse mesmo contexto, Ilana Casoy traz:

A Escola Positivista acredita que os indivíduos não têm controle sobre suas ações; elas são determinadas por fatores genéticos, classe social, meio ambiente e influência de semelhantes, dentre outros. Não seria a punição que diminuiria a criminalidade, e sim reformas sociais, entre outras medidas, para recuperar o indivíduo.²⁰

Dessa forma, o positivismo investiga não apenas o crime, mas também a relação do delito com o homem que o pratica.

2.2 OBJETO

Tanto a criminologia quanto o Direito Penal buscam estudar o crime, no entanto, se dedicam a diferentes fatores.²¹

Como já visto, a criminologia vê o crime como um problema social, estudando o criminoso e os fatores e causas que desencadearam a sua conduta criminosa.²²

Já o Direito Penal, é uma ciência normativa, que vê o crime como uma conduta fora do normal, necessitando assim de uma punição. Ainda, conceitua o crime como uma conduta típica, antijurídica e culpável.²³

2.3 CULPABILIDADE

Apesar de muito presente no Código Penal brasileiro, o mesmo não estabeleceu de forma clara um conceito para a culpabilidade, fato este que gera inúmeras controvérsias com o passar dos anos.

Doutrinariamente, o conceito de culpabilidade se deu com o surgimento do sistema clássico, de Liszt-Beling-Radbruch, onde se estabeleceu que não haveria

²⁰ CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel? e Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 21.

²¹ PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; PENTEADO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 22.

²² PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; PENTEADO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 23.

²³ PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; PENTEADO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2020. p. 22.

crime sem que houvesse culpabilidade, seja de modo doloso ou culposo. Em suma, a culpabilidade era definida como o vínculo psicológico entre o fato e o autor do delito.²⁴

No entanto, de acordo com a teoria limitada da culpabilidade, adotada pelo Código Penal, existem excludentes que podem constituir erro de tipo, ou erro de proibição, conforme o erro do sujeito recaia, respectivamente, sobre a má compreensão da realidade ou sobre os limites normativos de uma causa de justificação.²⁵

Segundo Capez:

A culpabilidade é exatamente a possibilidade de considerar alguém culpado pela prática de uma infração penal, por essa razão, costuma ser definida como juízo de censurabilidade e reprovação exercido sobre alguém que praticou um típico e ilícito.²⁶

Em outras palavras, a culpabilidade é o juízo de reprovação (de censurabilidade) que recai sobre o autor de um fato típico e antijurídico. Conforme já estudado, dependendo da teoria adotada, a culpabilidade é elemento do crime ou pressuposto da aplicação da pena.²⁷

De igual modo, cumpre destacar a distinção entre a culpabilidade e a antijuridicidade, ou seja, a diferença entre justificação e inculpabilidade.

Uma conduta se torna justificada quando há permissão para que a mesma ocorra, em casos como legítima defesa, por exemplo. Já na inculpabilidade, existe uma situação em que somente é excluída a reprovação do agente, visto que é incoerente exigir do mesmo uma conduta diversa.²⁸

O Código Penal brasileiro adota a teoria limitada da culpabilidade, onde as discriminantes putativas fáticas são tratadas como erro de tipo e, as discriminantes putativas por erro de proibição ou erro de proibição indireto, são erros de proibição, de acordo com o artigo 21 do Código Penal.²⁹

²⁴ ESTEFAM, André. **Direito penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2021. p. 237.

²⁵ GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal**: parte geral (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2020. p. 85.

²⁶ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 405.

²⁷ GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal**: parte geral (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2020. p. 85.

²⁸ ZAFFARONI. Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. p. 542.

²⁹ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 415.

2.3.1 Elementos da culpabilidade

De acordo com o Código Penal, a culpabilidade é composta por três elementos, sendo eles: imputabilidade, como conjunto de condições pessoais mínimas que capacitam o autor a saber o que faz, sendo nesse caso excluída ou reduzida em casos de menoridade ou doenças mentais, a potencial consciência da ilicitude, ou, conhecimento do injusto, onde o autor deveria saber o que faz, excluído ou reduzido, nesse caso os erros de proibição, e a exigibilidade de conduta diversa, que consiste no poder de não fazer o que fez, excluído ou reduzido nos casos de exculpação, dos quais se verá a seguir.³⁰

2.3.1.1 Imputabilidade

A imputabilidade consiste na capacidade de entendimento do agente em relação ao caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com isso. O mesmo deve ter condições físicas, psicológicas, morais e mentais de saber e entender que está realizando um ato ilícito, e ainda ter total controle sobre sua vontade.³¹

Segundo Fernando Capez:

Imputável é não apenas aquele que tem capacidade de inteligência sobre o significado de sua conduta, mas também de comando da própria vontade, de acordo com esse entendimento. Por exemplo, um dependente de drogas tem plena capacidade para entender o caráter ilícito do furto que pratica, mas não consegue controlar o invencível impulso de continuar a consumir a substância psicotrópica, razão pela qual é impedido a obter recursos financeiros para adquirir o entorpecente, tornando-se um escravo de sua vontade, sem liberdade de autodeterminação e comando sobre a própria vontade, não podendo, por essa razão, submeter-se ao juízo de censurabilidade.³²

Assim, se o mesmo não possui capacidade para entender a diferença entre o certo e o errado, esse não poderia pautar-se por tal compreensão, e como

³⁰ SANTOS, Juarez Cirino. **Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Tirant lo blanch, 2020. p. 291

³¹ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 415.

³² CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 416.

consequência acabará praticando um crime, sem que possa ser censurado ou sofrer o juízo da culpabilidade.³³

Nesse contexto:

O Direito Penal brasileiro divide a imputabilidade em três condições, imputáveis, que são pessoas que tem plena capacidade de autodeterminar-se, compreensão do que é lícito e ilícito, portanto os crimes praticados são imputados a estas. A segunda diz respeito a semi-imputáveis são pessoas com ou sem patologia e é aferido se no momento do crime a pessoa tinha capacidade de autodeterminar-se, e por fim as pessoas inimputáveis que não possuem nenhuma capacidade de autodeterminar-se seja por patologia de qualquer natureza que afete o discernimento desta e não permita autodeterminar-se ou por questão de idade, estas pessoas e as consideradas semi-imputáveis recebem medida de segurança, que consiste em tratamento para a patologia, e na condição de menores de idade aos quais não são aplicadas penas, e sim medidas socioeducativas com finalidade pedagógica e ressocializadora.³⁴

Ainda, é de suma importância estabelecer a distinção entre imputabilidade e capacidade. Em linhas gerais, a capacidade é o gênero do qual a imputabilidade (espécie) pertence. Ou seja, capacidade é uma expressão muito mais abrangente, que engloba não apenas a possibilidade do agente ter entendimento e vontade, mas também a aptitude para praticar tais atos.³⁵

A responsabilidade deve se basear no momento em que o agente praticou o ato ilícito, ou seja, deve-se verificar se o agente tem capacidade de compreender ou julgar quando ocorre o ato ou omissão. Pode acontecer que o agente se coloque deliberadamente em estado de crime irrepreensível, cometendo um crime em estado de coma, uso de drogas, embriaguez ou mesmo dormindo.³⁶

Desse modo, para o julgamento da impunidade, considera-se a situação do agente quando ele se colocou em estado de inconsciência e não quando o fato ocorre. Assim, aplica-se o princípio *actiones liberae in causa sive ad libertatem relatae*³⁷, onde o agente responde pelo resultado. Esse mesmo princípio é utilizado em casos em que as situações são criadas culposamente pelo agente. Para sua responsabilidade penal, portanto, é necessário que o agente tenha de fato querido

³³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 231

³⁴ BARBOSA, Bruna Cristina Gamberini. **Imputabilidade penal**. In: Jus.com.br. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/86962/imputabilidade-penal>. Acesso em: 31 de jul. de 2021.

³⁵ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 416.

³⁶ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 104.

³⁷ Tradução do autor: ações livres por justa causa ou relacionadas à liberdade.

ou previsto a ocorrência do resultado típico como consequência de seu comportamento.³⁸

Assim, imputabilidade é o conjunto das condições pessoais, que envolvem vontade e inteligência, fatores esses que permitem ter entendimento do caráter ilícito de tal ato, dessa forma, o binômio necessário para a formação das condições pessoais consiste em sanidade mental e maturidade.³⁹

2.3.1.2 Potencial consciência da ilicitude

Prefacialmente é de suma importância buscar a compreensão entre a consciência da antijuridicidade, que aduz como potencial conhecimento exigido na culpabilidade, com consciência individual, onde por sua vez, o autor repudia a norma jurídica e sente a necessidade de cometer um ato ilícito como um dever moral.⁴⁰

Para evitar abusos, buscou-se como requisito da culpabilidade a possibilidade de o agente ter conhecimento do caráter injusto do fato no momento em que ocorreu a ação ou omissão e não o conhecimento da ilicitude como um todo. Desse modo, é importante que o agente ao praticar tal crime tenha a possibilidade de saber se tal ato era errado ou não, tendo em vista os diversos fatores sociais, culturais emocionais e psíquicos. É inviável simplesmente alegar que não sabia da ilicitude, pois se existe a possibilidade de conhecimento, o agente deverá responder pelo ato praticado.⁴¹

Conforme explica Fernando Capez:

A potencial consciência da ilicitude, portanto, só é eliminada quando o sujeito, além de não conhecer o caráter ilícito do fato, não tinha nenhuma possibilidade de fazê-lo. Tomemos como exemplo um aldeão. Interessará saber se ele, pelas suas condições de vida, formação cultural e intelectual, bem como pela pressão exercida, costumes e tradições locais, tinha ou não como saber que agredir outra pessoa, ainda que seu cônjuge adúltero, é um fato injusto e inaceitável. Existindo tal possibilidade, pouco importará que ele não sabia ser sua conduta proibida, pois responderá pelo crime cometido.⁴²

³⁸ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 104.

³⁹ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 231

⁴⁰ ZAFFARONI. Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. p. 556.

⁴¹ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte geral: (arts. 1º a 120)**. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 437

⁴² CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte geral: (arts. 1º a 120)**. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 437

Ainda, pode ocorrer uma errada compreensão acerca de determinada lei, fazendo com que o agente suponha como certo algo proibido, chamado de erro de proibição, excluindo a consciência da ilicitude, pois o mesmo deixa de saber que está cometendo um crime.⁴³

No entanto, doutrina e jurisprudência firmaram o entendimento de que são incompatíveis a dúvida e o erro, ou seja, se alguém está em dúvida sobre a proibição de tal ato ou não, não poderá este alegar erro de proibição.⁴⁴

Ou seja, hodiernamente não é mais admitido que alguém suponha ser certo matar sem que seja em legítima defesa, estado de necessidade ou qualquer outro fator que exclua a ilicitude, sendo praticamente impossível ser plausível a alegação de erro de proibição em determinados casos, pois somente aquilo que não poderia ser evitado exclui a potencial consciência.⁴⁵

2.3.1.3 Exigibilidade de conduta diversa

Outro requisito da culpabilidade é a exigibilidade de conduta diversa. Em suma, a mesma consiste em saber se seria possível o agente ter adotado um comportamento diferente daquele que foi adotado.⁴⁶

Tal requisito trata-se de uma excludente de culpabilidade, tendo como princípio o fato de que só podem ser punidas as pessoas nas quais as condutas poderiam ter sido evitadas. Ou seja, nas palavras de Fernando Capez: “a inevitabilidade não tem a força de excluir a vontade, que subsiste como força compulsória da conduta, mas certamente a vicia, de modo a tornar incabível qualquer censura ao agente.”⁴⁷

Para estes casos, a lei prevê duas hipóteses que excluem a exigibilidade de conduta diversa, sendo elas: coação moral irresistível, prevista no artigo 22 do

⁴³ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 436.

⁴⁴ SANTOS, Juarez Cirino. **Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Tirant lo blanch, 2020. p. 319.

⁴⁵ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 348.

⁴⁶ FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de Direito Penal (Parte Geral)**. São Paulo: Malheiros, 2017. p. 82.

⁴⁷ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 440.

Código Penal, a qual trata-se de uma grave ameaça, onde a vontade do autor não é livre, nesse caso, o fato é um objeto ilícito, há um crime, mas o agente por sua vez não pode ser considerado culpado. Outra hipótese diz respeito a obediência hierárquica, igualmente prevista no artigo 22 do Código Penal. É a obediência a uma ordem de superior hierárquico de caráter manifestadamente ilegal, portanto, torna viciada a vontade do agente subordinado praticante do delito, afastando assim a exigência de uma conduta diferente da adotada.⁴⁸

No entanto, há alguns requisitos para que tal conduta se configure, a ordem deve vir de um superior e, portanto, o agente deve ser pessoa subordinada a este. Dessa forma, é indispensável que a relação seja de direito público, ficando excluídas as relações de direito privado, a ordem deve ser ilegal, visto que a legalidade exclui a ilicitude pelo estrito cumprimento do ver legal e, por fim, a mesma deve ser aparentemente legal.⁴⁹

Assim, alguns autores entendem que a exigibilidade de conduta diversa não é uma causa geral de exclusão de culpabilidade, restringindo-se apenas nos casos expressos por lei já exemplificados.⁵⁰

2.3.2 Inimputabilidade

Um dos princípios essenciais do direito penal é o princípio da imputação pessoal. Nas palavras de Fernando Capez: “O direito penal não pode castigar um fato cometido por quem não reúna capacidade mental suficiente para compreender o que faz ou de se determinar de acordo com esse entendimento. Não pode os inimputáveis.”⁵¹

⁴⁸ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 442.

⁴⁹ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 442.

⁵⁰ FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de Direito Penal (Parte Geral)**. São Paulo: Malheiros, 2017. Págin 82.

⁵¹ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 73.

Como já estudado, compreendeu-se que todo agente é imputável, no entanto, existem causas que excluem a imputabilidade, chamada de causa dirimente, ou então, inimputabilidade.⁵²

Tais causas estão estipuladas no artigo 26 do Código Penal:

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.⁵³

O Código Penal brasileiro adota o sistema biopsicológico, onde é exigido que a causa geradora da inimputabilidade esteja prevista em lei e que a mesma atue no momento do crime, retirando assim do agente a capacidade de entendimento e vontade para tal ato.⁵⁴

Para isso, existem alguns requisitos da inimputabilidade segundo o sistema biopsicológico, sendo causal (existência de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado), cronológico (atuação ao tempo da ação ou omissão delituosa) e consequencial (perda total da capacidade de entender ou da capacidade de querer), das quais serão tratadas a seguir.⁵⁵

2.3.2.1 Menores de 18 anos

Tratados no artigo 27 da legislação supracitada, os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas da legislação especial.⁵⁶

Nesse caso, trata-se de um caso de absoluta presunção de inimputabilidade, não se leva em conta o desenvolvimento mental do agente que, muitas vezes é capaz de entender o ilícito do ato, mas não poderá ser responsabilizado e punido

⁵² CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 417.

⁵³ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

⁵⁴ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 428.

⁵⁵ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 428.

⁵⁶ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

penalmente, nem mesmo aqueles cuja maioridade civil é alcançada antes dos 18 (dezoito) anos, ou também chamados de emancipados.⁵⁷

Os menores infratores estão sujeitos a medidas socioeducativas previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Ou ainda, a medida mais severa, internação, poderá ocorrer tendo como limite o prazo de 03 (três) anos, cessando aos 21 anos de idade.⁵⁸

2.3.2.2 Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior

Outra causa capaz de excluir a capacidade de entendimento e vontade do agente, é a intoxicação completa por álcool ou ainda, qualquer substância possuidora de substâncias com efeitos psicotrópicos, não abordando, portanto, o Código Penal apenas a embriaguez alcoólica, mas também a decorrente de qualquer outra droga, como é o exemplo de remédios.⁵⁹

A embriaguez acidental pode ocorrer em decorrência de caso fortuito, que é toda ocorrência onde o agente não se embriagou porque quis ou que agiu com culpa, como é o exemplo clássico da doutrina o agente que tropeça e cai em um tonel de bebida alcoólica, ficando embriagado. Ou ainda, por força maior, que é aquela derivada de uma força, como por exemplo, do agente obrigado a ingerir álcool por algum tipo de coação, física ou moral. Desse modo, quando a embriaguez é completa, a imputabilidade do agente é afastada, ficando esse isento de pena.⁶⁰

2.3.2.3 Doença mental e o desenvolvimento mental incompleto ou retardado

A lei ainda prevê como causa de exclusão da imputabilidade os agentes portadores de doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado. No caso de doença mental, estão inclusas todas as doenças que causam alterações

⁵⁷ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 110.

⁵⁸ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 110.

⁵⁹ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 420.

⁶⁰ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 424.

à saúde mental, como por exemplo esquizofrenia, psicose maníaco-depressiva, alcoólica ou por medicamento. Ainda, podem ser causas de inimputabilidade o desenvolvimento mental incompleto e desenvolvimento mental retardado, equiparados aos portadores de doença mental pela incapacidade de entendimento.

61

Para que o agente seja considerado inimputável, é necessário que o mesmo passe por exame pericial, conforme preconiza o artigo 149 do Código de Processo Penal:

Art. 149. Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.⁶²

No entanto, existe ainda o fator psicológico, que é capacidade de entender o ilícito do ato, podendo esse ser analisado pelo juiz durante o curso processual, embora a rejeição da avaliação técnica frente a inimputabilidade não pode conduzir a substituição do perito pelo juiz.⁶³

2.3.2.4 Semi-imputabilidade

O parágrafo único do artigo 26 do Código Penal trata da chamada semi-imputabilidade:

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.⁶⁴

⁶¹ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 104.

⁶² BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

⁶³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 235.

⁶⁴ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

Por vezes, a lei considera o mesmo como imputável, ou seja, possuidor de ter alguma consciência da ilicitude de seus atos, mas para alcançar tal grau de conhecimento e autodeterminação, é necessário maior esforço e por esse motivo sua conduta tem um grau de reprovabilidade menor e desse modo, o grau de sua culpabilidade. Para esses casos, a lei se refere primeiramente à perturbação da saúde mental, abrangendo todas as doenças mentais e outros estados mórbidos.⁶⁵

A semi-imputabilidade, portanto, é a perda parcial da compreensão da conduta criminosa e capacidade de discernimento sobre a ilicitude dos atos praticados, compreende a redução da imputabilidade.⁶⁶

Nessa categoria, incluem-se as pessoas com desenvolvimento mental retardado, mas que ao mesmo tempo possuem alguma capacidade de autodeterminação e entendimento. Desde que comprovado por exame pericial, o infrator será punido, porém, a pena será reduzida. Tal diminuição levará em conta a intensidade da perturbação mental, ou desenvolvimento mental e não pela peripécia do crime.⁶⁷

Há ainda alguns requisitos, sendo causal (provocada pela perturbação de saúde mental ou de desenvolvimento mental incompleto ou retardado), cronológico (deve estar presente ao tempo da ação ou omissão) e consequencial (perda de parte da capacidade de entender e querer).⁶⁸

Assim, tendo o Código Penal brasileiro adotado o sistema unitário/vicariante e não o sistema duplo binário, caso o apenado necessite tratamento penal especial curativo, a pena poderá ser substituída por internação ou tratamento ambulatorial e, nos casos de crime cometido com violência ou grave ameaça, será admitida a internação provisória, como medida destinada a evitar novos crimes.⁶⁹

Por fim, cumpre ressaltar que os psicopatas, portadores de personalidade psicótica, neuroses e afins, dos quais serão tratados a seguir, possuem capacidade

⁶⁵ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 107.

⁶⁶ BAIA, Lhais Silva. **Semi-imputabilidade penal e medidas de segurança**. In: Canal Ciências Criminais. 2018. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/614629910/semi-imputabilidade-e-medidas-de-seguranca>. Acesso em: 04 de set. de 2021.

⁶⁷ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 107.

⁶⁸ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 431.

⁶⁹ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 107.

de entendimento, embora não plena, dessa forma, os mesmos incluem-se na mesma categoria dos portadores de desenvolvimento mental incompleto, mas que ao mesmo tempo possuem algum grau de capacidade psíquica.⁷⁰

⁷⁰ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 107.

3 PSICOPATIA

A psicopatia está inserida no grupo da Personalidade Dissocial ou Transtorno de Personalidade Antissocial (CID 10 F60.2 - perturbação da personalidade que se caracteriza pelo desprezo social e total ausência de empatia para com terceiros.). Também chamados de sociopatas, personalidade antissociais, psicopáticas, dissociais, entre outras nomenclaturas.⁷¹

A palavra psicopata, do grego *psyche* = mente; *pathos* = doença, pode dar a impressão de que os portadores são indivíduos loucos ou com doenças mentais, no entanto, a psicopatia não se enquadra, tradicionalmente, nas doenças mentais, visto que os mesmos não apresentam quadros de delírios, desorientação ou alucinações.⁷²

Nesse contexto, José Péricles Chaves e Leonor Matos Masques explicam:

Para deixar mais claro. Uma pessoa normal tem sua capacidade cognitiva perfeita, compreende o que se passa ao seu redor, tem caráter volitivo em relação a seus atos, assim, sendo responsável por seus atos, trata-se então de um indivíduo imputável. Diferentemente é um indivíduo anormal, isto é, doente mental ou enfermo mental, o que se refere a não capacidade da pessoa de exercer os atos da vida civil, bem como de não ser punido, ou seja, ser inimputável.⁷³

Os portadores de psicopatia possuem traços em sua personalidade de indivíduos frios, calculistas, mentirosos, inescrupulosos, sedutores e que, acima de tudo, visam sempre se beneficiar, sendo desprovidos de qualquer sentimento inerente a culpa ou remorso pelos seus atos.⁷⁴

Ainda, segundo Ana Beatriz Barbosa Silva:

Esses indivíduos charmosos e atraentes frequentemente deixam um rastro de perdas e destruição por onde passam. Sua marca principal é a impressionante falta de consciência nas relações interpessoais estabelecidas nos diversos ambientes do convívio humano (afetivo, profissional, familiar e social). O jogo deles de baseia no poder e na

⁷¹ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado.** São Paulo: Globo, 2014. p. 38.

⁷² ⁷² SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado.** São Paulo: Globo, 2014. p. 38.

⁷³ CHAVES, José Péricles; MARQUES, Leonor Matos. **Psicopatas: como são tratados no sistema penal brasileiro.** 2018. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-172/psicopatas-como-sao-tratados-no-sistema-penal-brasileiro/>. Acesso em: 08 out. 2021.

⁷⁴ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado.** São Paulo: Globo, 2014. p. 39.

autopromoção à custa dos outros, e eles são capazes de atropelar tudo e todos com total egocentrismo e indiferença.⁷⁵

Conforme explica Nestor Sampaio Penteado Filho: “ É bem verdade que o portador de psicopatia não é um doente, na acepção estrita do termo, no entanto se acha à margem da normalidade emocional e comportamental, ensejando dos profissionais de saúde e do direito redobrada atenção em sua avaliação”.⁷⁶

É importante ainda ter em mente que todos os psicopatas são de alguma maneira perigosos, segundo o psicólogo Robert Hare, cerca de 20% da população carcerária é portador de psicopatia, sendo 50% dos crimes graves cometidos por esses indivíduos.⁷⁷

Assim, os psicopatas são pessoas que podem ser encontradas em qualquer lugar, etnia, cultura, sociedade, não possuem limitação de caráter sexual ou financeiro,⁷⁸ no entanto, os mesmos possuem características predominantes, das quais serão traçadas a seguir.

3.1 CARACTERÍSTICAS

O primeiro estudo acerca da psicopatia foi publicado no ano de 1941 pelo psiquiatra americano Hervey Cleckley, com o livro *The mask of sanity* (A máscara da sanidade). Com base nos estudos do Dr. Cleckley, o psicólogo canadense Robert Hare passou a reunir inúmeras características em comum de pessoas com o mesmo perfil psicopático, denominado “escala Hare”, “*Psychopathy checklist*” ou PCL.

As principais características de acordo com Hare são:

Superficialidade e eloquência: Costumam ser espirituosos, divertidos, agradáveis e bem articulados. Tentam demonstrar conhecimento em diversas áreas,

⁷⁵ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado**. São Paulo: Globo, 2014. p. 39.

⁷⁶ FILHO, Nestor Sampaio Penteado. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 208.

⁷⁷ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado**. São Paulo: Globo, 2014. p. 145.

⁷⁸ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado**. São Paulo: Globo, 2014. p. 39.

passando credibilidade nas mentiras contadas, não demonstrando qualquer tipo de constrangimento quando flagrados mentindo.⁷⁹

Egocentrismo e megalomania: Consideram-se o centro do universo, onde tudo deve girar em torno deles, são narcisistas e extremamente vaidosos. Possuem uma firme opinião, sendo dominadores e convencidos, incapazes de perceber ou reconhecer opiniões diversas das suas.⁸⁰

Ausência de sentimento de culpa: Demonstram total ausência de culpa sobre os efeitos de seus atos para com as outras pessoas. Em alguns casos, os mesmos podem externar palavras que condizem com remorso, no entanto, seus atos contradizem.⁸¹

Ausência de empatia: São incapazes de se colocar no lugar de outra pessoa, pois a vê como objeto, devendo ser usada apenas para satisfazê-los. São indiferentes aos sofrimentos alheios, seja de estranhos ou pessoas da própria família.⁸²

Enganador e manipulador: São mentirosos contumazes, ou seja, possuem habilidade extrema na mentira, podendo enganar até mesmo profissionais experientes. Habilidade essa potencializada pela facilidade de associarem a mentira com a linguagem corporal.⁸³

Pobreza de emoções: Apresentam uma pobreza emocional, são incapazes de sentir amor, compaixão ou respeito pelo próximo. Segundo Ana Beatriz Barbosa Silva: “muitos psiquiatras afirmam que as emoções dos psicopatas são tão superficiais que podem ser consideradas algo bem similar ao que denominam de “protoemoções”.”⁸⁴

⁷⁹ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado.** São Paulo: Globo, 2014. p. 70.

⁸⁰ FILHO, Nestor Sampaio Penteadó. **Manual Esquemático de Criminologia.** São Paulo: Saraiva, 2019. p. 208.

⁸¹ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado.** São Paulo: Globo, 2014. p. 74.

⁸² FILHO, Nestor Sampaio Penteadó. **Manual Esquemático de Criminologia.** São Paulo: Saraiva, 2019. p. 209.

⁸³ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado.** São Paulo: Globo, 2014. p. 78.

⁸⁴ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado.** São Paulo: Globo, 2014. p. 80.

Impulsividade: Na maioria das vezes, agem por impulso, não pesando as consequências de seus atos, buscando apenas a obtenção de prazer ou alívio imediato.⁸⁵

Controles comportamentais pobres: Possuem um instinto de reação exacerbado, não reagindo bem com insultos ou menosprezo.⁸⁶

Necessidade de excitação: São intolerantes a situações rotineiras, buscando sempre permanecerem em um alto estado de excitação. Mudam de residência e emprego com frequência.⁸⁷

Falta de responsabilidade: Não possuem obrigações e compromisso com nada. Não honram compromissos com outras pessoas, estendendo em ambos aspectos da vida cotidiana, sendo no trabalho ou na vida familiar e conjugal.⁸⁸

Problemas precoces de comportamento: Apresentam graves problemas de comportamento logo na infância ou adolescência, vindo a praticar comportamento criminoso como fraudes, roubos, vandalismo, mentiras, uso de drogas ou crueldade com animais e outras pessoas.⁸⁹

Comportamento adulto antissocial: Não respeitam as regras de convivência social, pois entendem que as mesmas são obstáculos para impedirem a realizar seus desejos e pretensões, gerando assim, desde cedo, comportamentos ilícitos e antissociais.⁹⁰

No entanto, é de suma importância mencionar que nem todas pessoas cujas características coincidem com a de psicopata será necessariamente um transgressor, conforme explica Ana Beatriz Barbosa Silva: “A simples identificação de alguns sintomas não é suficiente para a realização do diagnóstico da psicopatia. Muitas pessoas podem ser sedutoras, impulsivas, pouco afetivas ou até mesmo terem cometido atos ilegais, mas nem por isso são psicopatas”.⁹¹

⁸⁵ FILHO, Nestor Sampaio Penteadó. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 209.

⁸⁶ FILHO, Nestor Sampaio Penteadó. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 209.

⁸⁷ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado**. São Paulo: Globo, 2014. p. 86.

⁸⁸ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado**. São Paulo: Globo, 2014. p. 88.

⁸⁹ FILHO, Nestor Sampaio Penteadó. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 210.

⁹⁰ FILHO, Nestor Sampaio Penteadó. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 210.

⁹¹ SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado**. São Paulo: Globo, 2014. p. 69.

3.2 NÍVEIS DE PSICOPATIA

Buscando ainda compreender os portadores de psicopatia, existem inúmeros estudos acerca dos níveis de psicopatia, o psiquiatra forense Michael Stone criou um índice que tem como base medir a maldade em pessoas que cometeram assassinatos, para conseguir diferenciar quando se trata de um caso isolado ou quando é um caso de assassinos em série ou como comumente conhecido, *serial killer*, geralmente portador de psicopatia, sendo dividido da seguinte forma:

- 1) Matam em legítima defesa e não apresentam sinais de psicopatia (pessoas normais);
- 2) Amantes ciumentos que cometeram assassinato, mas que apesar de egocêntricos ou imaturos, não são psicopatas (crime passional);
- 3) Cúmplices voluntários de assassinos: personalidade esquizóide, impulsiva e com traços anti-sociais;
- 4) Matam em legítima defesa, porém provocaram a vítima ao extremo para que isso ocorresse;
- 5) Pessoas desesperadas e traumatizadas que cometeram assassinato, mas que demonstram remorso genuíno em certos casos e não apresentam traços significantes de psicopatia;
- 6) Assassinos que matam em momentos de raiva, por impulso e sem nenhuma ou pouca premeditação;
- 7) Assassinos extremamente narcisistas, mas não especificamente psicopatas, que matam pessoas próximas a ele;
- 8) Assassinos não-psicopatas, com uma profunda raiva guardada, e que matam em acessos de fúria;
- 9) Amantes ciumentos com traços claros de psicopatia;
- 10) Assassinos não-psicopatas que matam pessoas "em seu caminho", como testemunhas - egocêntrico, mas não claramente psicopata;
- 11) Assassinos psicopatas que matam pessoas "em seu caminho";
- 12) Psicopatas com sede de poder que matam quando estão encurralados;
- 13) Psicopatas de personalidade bizarra e violenta, e que matam em acessos de fúria;
- 14) Psicopatas cruéis e autocentrados que montam esquemas e matam para se beneficiarem;
- 15) Psicopatas que cometem matanças desenfreadas ou múltiplos assassinatos em uma mesma ocasião;
- 16) Psicopatas que cometem múltiplos atos de violência, com atos repetidos de extrema violência;
- 17) Psicopatas sexualmente perversos e assassinos em série: o estupro é a principal motivação, e a vítima é morta para esconder evidências;
- 18) Psicopatas assassinos-torturadores, onde o assassinato é a principal motivação, e a vítima é morta após sofrer tortura não prolongada;
- 19) Psicopatas que fazem terrorismo, subjugação, intimidação e estupro, mas sem assassinato;
- 20) Psicopatas assassinos-torturadores, onde a tortura é a principal motivação, mas em personalidades psicóticas;
- 21) Psicopatas que torturam até o limite, mas não cometem assassinatos;

22) Psicopatas assassinos-torturadores, onde a tortura é a principal motivação (na maior parte dos casos, o crime tem uma motivação sexual, mesmo que inconsciente).⁹²

Ainda nesse contexto, os mesmos são divididos em dois grupos, sendo:

Os psicopatas primários, caracterizados por terem em sua personalidade traços de agressividade, impulsividade, hostilidade. São extrovertidos, confiantes de si mesmos e quase não possuem ansiedade. Incluem-se as pessoas narcisistas, histriônicas e antissociais. Os Psicopatas Primários têm mais chances de efetuar crimes violentos que os Psicopatas Secundários, pois possuem mais excitação cortical e autonômica, e maior tendência de procura das sensações.⁹³

Já os psicopatas secundários possuem comportamento hostil, irresponsável, impulsivo, agressivo. Eles são socialmente ansiosos e isolados, mal-humorados e com baixa autoestima. Nesse grupo estão inclusos os antissociais, dependentes e paranoides. Os crimes praticados por esses geralmente não são planejados e os mesmos pensam muito pouco nas consequências que seus atos podem causar.⁹⁴

3.3 A IMPUTABILIDADE PENAL DO PSICOPATA

Como visto, para que um indivíduo possa ser considerado responsável pelo crime cometido, é preciso que o mesmo seja imputável.⁹⁵

Nos casos dos portadores de psicopatia, existem inúmeros posicionamentos conflitantes acerca da imputabilidade desses.

⁹² SOUZA, André Peixoto de. **Os níveis de psicopatia do Dr. Stone**. 2020. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/os-niveis-de-psicopatia-do-dr-stone/>. Acesso em: 08 set. 2021.

⁹³ SIQUEIRA, Marília Gabriela Silva. **OS NÍVEIS DE PSICOPATIA E O TRATAMENTO DADO AO PSICOPATA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO**. 2021. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2134/2/TCC%20-%20MARILIA%20PRONTO.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

⁹⁴ SIQUEIRA, Marília Gabriela Silva. **OS NÍVEIS DE PSICOPATIA E O TRATAMENTO DADO AO PSICOPATA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO**. 2021. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2134/2/TCC%20-%20MARILIA%20PRONTO.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

⁹⁵ DUARTE, Thallyta Lorrane da Costa. **PSICOPATIA E DIREITO PENAL: uma interrelação possível**. 2018. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Unievangélica, Anápolis, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/762/1/Monografia%20-%20Thallyta%20Lorraine.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

Alguns doutrinadores afirmam que a psicopatia não pode ser considerada uma doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado⁹⁶ pois nos crimes praticados pelos psicopatas, é possível verificar que os mesmos possuem plena capacidade de entender o caráter ilícito de seus atos, bem como sua conduta está orientada por esse entendimento (premeditação, escolha de ocasião propícia para os atos ilícitos, deliberação consciente e conduta sistemática). Dessa forma, de acordo com o ponto de vista psicológico-legal, os psicopatas devem ser considerados imputáveis.⁹⁷

Para outros doutrinadores, o psicopata deve ser considerado inimputável, conforme for o grau do seu transtorno.⁹⁸

No entanto, a grande maioria acredita que o mais aplicável seja a semi-imputabilidade, ou seja, capacidade reduzida de entender e compreender o caráter ilícito de seus atos.⁹⁹

Nesse sentido, extrai-se entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FIXAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CULPABILIDADE. DESFAVORABILIDADE. CONDUITA SOCIAL. ARGUMENTAÇÃO IDÔNEA. SANÇÃO MOTIVADA. ELEVAÇÃO JUSTIFICADA. DESPROPORCIONALIDADE ENTRE OS FUNDAMENTOS ESPOSADOS E O QUANTUM DE REPRIMENDA IRROGADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL PARCIALMENTE EVIDENCIADO. MITIGAÇÃO DEVIDA (...) MINORANTE PREVISTA NO ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP. SEMI-IMPUTABILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PERTURBAÇÃO MENTAL REDUZIDA. FRAÇÃO MÍNIMA QUE SE MOSTRA DEVIDA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. 1. Nos termos do art. 26, parágrafo único, do CP: "A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento." 2. Demonstrado que o paciente não era portador de doença mental, desenvolvimento mental

⁹⁶ DUARTE, Thallyta Lorrane da Costa. **PSICOPATIA E DIREITO PENAL**: uma interrelação possível. 2018. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Unievangélica, Anápolis, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/762/1/Monografia%20-%20Thallyta%20Lorrane.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

⁹⁷ BOAVENTURA, Isabella Alves. **PSICOPATIA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO**. 2018. 46 f. TCC (Doutorado) - Curso de Direito, Unievangélica, Anápolis, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/766/1/Monografia%20-%20Isabella%20Alves.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

⁹⁸ CHAVES, José Pérciles; MARQUES, Leonor Matos. **Psicopatas**: como são tratados no sistema penal brasileiro. 2018. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-172/psicopatas-como-sao-tratados-no-sistema-penal-brasileiro/>. Acesso em: 08 out. 2021.

⁹⁹ BOAVENTURA, Isabella Alves. **PSICOPATIA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO**. 2018. 46 f. TCC (Doutorado) - Curso de Direito, Unievangélica, Anápolis, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/766/1/Monografia%20-%20Isabella%20Alves.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

incompleto ou retardado, apenas não possuindo plena capacidade de determinar-se de acordo com esse entendimento, em razão de perturbação na sua personalidade, justificada a escolha pela fração mínima (1/3) prevista no parágrafo único do art. 26 do CP.3 (...).¹⁰⁰

Dessa forma, os mesmos devem ser punidos de modo que se possa prevenir o cometimento de novos crimes, pois o mesmo certamente irá reincidir.¹⁰¹

3.4 ASSASSINOS EM SÉRIE

Embora assassinos em série tenham existido desde os primórdios, o termo foi usado pela primeira vez apenas no ano de 1970 por Robert Ressler.¹⁰²

A definição de assassino em série usada pelo FBI (*Federal Bureau of Investigation*) diz respeito a três ou mais eventos, separados em três ou mais locais distintos com um período de calma entre os homicídios, sendo as duas últimas características essenciais para diferenciar o assassino em série do assassino em massa, onde um só indivíduo em estado de fúria ceifa a vida de várias pessoas de uma única vez.¹⁰³

Embora muitas pessoas tenham dificuldade em diferencia-los, usando muitas vezes como integrantes da mesma categoria, o assassino em massa é frequentemente definido como uma bomba-relógio é alguém cuja vida saiu dos trilhos e que o fez perder o controle, sendo tomado por uma fúria devastadora, atacando qualquer pessoa que culpe pelo seu fracasso.¹⁰⁴

Já o assassino em série, pode se dizer que comete seus crimes após passar muito tempo fantasiando sobre sua dominação, como irá torturar sua vítima e cometer seu assassinato. Logo após o cometimento do crime, o mesmo passa por

¹⁰⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas-Corpus nº 186149. Relator Ministro Jorge Mussi. Brasília, DF, 04 de agosto de 2011. Diário da Justiça Eletrônico. Brasília, 19 de ago. de 2011. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21099539/habeas-corpus-hc-186149-df-2010-0176782-7-stj/inteiro-teor-21099540>. Acesso em: 08 out. 2021.

¹⁰¹ CHAVES, José Péricles; MARQUES, Leonor Matos. **Psicopatas**: como são tratados no sistema penal brasileiro. 2018. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-172/psicopatas-como-sao-tratados-no-sistema-penal-brasileiro/>. Acesso em: 08 out. 2021.

¹⁰² CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer**: louco ou cruel? e Made in Brazil. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 22.

¹⁰³ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers**: anatomia do mal. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 16

¹⁰⁴ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers**: anatomia do mal. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 18-19.

um momento de calma e logo após começa a fantasiar novamente, formando um círculo vicioso, procurando ao máximo não ser capturado.¹⁰⁵

Ainda buscando uma definição mais apropriada para o termo assassino em série, explica Ilana Casoy:

Aceitamos como definição que serial killers são indivíduos que cometem uma série de homicídios durante algum período de tempo, com pelo menos alguns dias de intervalo entre esses homicídios. O intervalo entre um crime e outro os diferencia dos assassinos de massa, indivíduos que matam várias pessoas em questão de horas. O primeiro obstáculo na definição de um serial killer é que algumas pessoas precisam ser mortas para que ele possa ser definido assim. Alguns estudiosos acreditam que cometer dois assassinatos já faz do assassino em serial killer. Outros afirmam que o criminoso deve ter assassinado pelo menos quatro pessoas. Mas será que a diferença entre um serial killer e um assassino comum é só quantitativa? Óbvio que não.¹⁰⁶

Assim, o motivo do crime, ou na sua maioria, a falta de motivação é de suma importância para conseguir definir um assassino “comum” como um assassino em série. Na grande maioria das vezes as vítimas são escolhidas de forma aleatória e mortas sem que haja um motivo, pois na maioria das vezes, o assassino nem sequer conhece a vítima, e a mata apenas para exercer seu poder e controle sobre outra pessoa.¹⁰⁷

Como visto, a definição do FBI pode ser, de fato, muito estreita, visto que nem sempre todos se enquadram nesses termos, há casos onde assassinos em série já cometeram seus crimes em mais de sete estados diferentes, outros, por exemplo, usaram da própria casa. O que ocorre, na grande maioria das vezes, é que todos esses possuíam um comportamento depravado de sexualidade.¹⁰⁸

Ainda, vale a ressalva de que o assassino em série não é intelectualmente deficiente, não é psicótico, mas sim psicopata e sofre do já referido Transtorno de Personalidade Antissocial.¹⁰⁹

¹⁰⁵ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 16.

¹⁰⁶ CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel? e Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 22.

¹⁰⁷ CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel? e Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 22.

¹⁰⁸ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 16-17.

¹⁰⁹ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 34.

No ano de 1984, após estudos com 36 criminosos, foram listados 10 traços característicos de um assassino em série, sendo: maioria composta por homens brancos e solteiros, inteligentes, porém com fraco desempenho escolar e histórico de empregos irregulares, normalmente foram abandonados quando crianças ou cresceram em lares disfuncionais, histórico de problemas psiquiátricos, comportamento criminoso e/ou alcoolismo, sofreram abusos, possuem dificuldade em lidar com figuras masculinas devido ao domínio materno, manifestam problemas mentais de idade precoce e são internados em instituições psiquiátricas, possuem comportamento de isolamento social e interesse precoce por sexualidade. Porém, ainda vale a ressalva de que há vários assassinos em série com características diferentes.¹¹⁰

Ainda, os mesmos são divididos em quatro tipos, sendo: visionário, onde o indivíduo é completamente insano, missionário, no qual não demonstra ser um psicótico, mas tem a necessidade de tirar do mundo aquilo que ele julga ser imoral, emotivo, o qual mata por diversão, sem motivo aparente e o sádico, caracterizado como assassino sexual, matando por desejo.¹¹¹

Por fim, cumprem destacar as seis fases do ciclo do assassino em série, sendo: fase áurea, quando o mesmo começa a perder a capacidade de compreender a realidade, fase da pesca, onde o assassino procura por sua vítima, fase galanteadora, na qual seduz sua vítima, fase da captura, quando a vítima é capturada, fase do assassinato, na qual o assassino comete o delito, atingindo o ápice da sua emoção, e fase da depressão, que ocorre logo após o cometimento do crime. Após, tudo recomeça, dando início a fase áurea novamente.¹¹²

3.4.1 Aspectos gerais e psicológicos: Origem do problema

Por muito tempo, buscou-se compreender quais fatores levavam uma pessoa a se tornar um assassino em série. Assim, na tentativa de identificar esses fatores, muitos pesquisadores identificaram três grandes sinais de perigo, conhecida como

¹¹⁰ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 35

¹¹¹ CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel? e Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 23

¹¹² CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel? e Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 23.

tríade psicopatológica ou tríade de Macdonald, composta pelas seguintes características:

Enurese, ou simplesmente o ato de urinar na cama. Aparentemente, não há nada problemático nisso, no entanto, acredita-se que quando o problema persiste na puberdade pode indicar um problema emocional profundo. Com base em pesquisas do FBI, cerca de 60% dos assassinos sexuais sofriam desse problema.¹¹³

Piromania, ou atos incendiários, igualmente, é uma prática que comumente inicia na infância. É um ato destrutivo e que muitos assassinos em série utilizam. De acordo com a psicologia, há um motivo erótico por trás, os assassinos em série sentem prazer em provocar incêndios, da mesma forma que sentem em torturar e matar.¹¹⁴

Por fim, tortura de animais, que consiste no sadismo infantil dirigido a seres inferiores e inofensivos. Acredita que para eles, o ato de torturar os animais não apenas uma fase, mas sim um ensaio para crimes futuros.¹¹⁵

Conforme leciona Ilana Casoy, podem haver outras características:

Outras características comuns na infância desses indivíduos são: devaneios diurnos, masturbação compulsiva, isolamento social, mentiras crônicas, rebeldia, pesadelos constantes, roubas, baixa autoestima, acessos de raiva exagerados, problemas relativos ao sono, fobias, fugas, propensão a acidentes, dores de cabeça constantes, possessividade destrutiva, problemas alimentares, convulsões e automutilações relatadas pelos próprios serial killers em entrevistas com especialistas.¹¹⁶

Ainda, há algumas características em comum que os mesmos possuem na vida adulta:

O controle, onde na maioria dos casos, o assassino precisa estar sempre no controle, para isso, a mesma precisa degradar e desvalorizar a vítima por um longo período de tempo. Ainda, alguns não se sentem totalmente no controle até que a vítima esteja morta. A dissociação, na qual o mesmo desenvolve uma personalidade diferente para uso externo, uma espécie de capa para uso no meio de outras pessoas, para disfarçar sua personalidade criminosa e violenta. Intimidade, da qual

¹¹³ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 39.

¹¹⁴ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 39-40.

¹¹⁵ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 40-41.

¹¹⁶ CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel? e Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 27.

todos desejam tê-la, no entanto, muitos não conseguem por vias normais, sendo o ritual do assassinato/abuso o máximo de intimidade que o mesmo conhece, pois é através dele que ele expõe seus desejos e sentimentos profundos. E por fim, a repetição, que consiste em uma espécie de exercício mental que o assassino usa para reviver o crime que cometeu. Alguns costumam ficar com pertences das vítimas, gravar, ou fotografar para poderem repetir inúmeras vezes.¹¹⁷

Por muito tempo pesquisadores dedicaram suas vidas procurando uma resposta para a motivação dos crimes praticados, assim, várias teorias foram apresentadas com o passar do tempo,¹¹⁸ sendo:

Danos Cerebrais: como já visto, muito se questiona se além de problemas psicológicos, os mesmos possuem alguma diferença cerebral das pessoas normais. Nos últimos anos, descobriu-se que muitos possuem graves lesões na cabeça, ocasionadas na infância, no entanto, muitos pesquisadores acreditam que esse dano por si só não seria suficiente para ocasionar tamanha brutalidade. Embora comum, há outros tipos de danos que também desempenham um fator desencadeante, como danos emocionais e psicológicos.¹¹⁹

Atavismo: se refere a uma característica/traços de antepassados que reaparecem em pessoas nos dias atuais, como por exemplo alguns assassinos que possuem traços de canibalismo ou outros aspectos semelhantes a povos primitivos. Lombroso sustentava que criminosos violentos eram ativismos literais, nascidos na era moderna por alguma falha evolutiva. De acordo com Lombroso, criminosos natos possuíam algumas características como crânios pequenos, testas inclinadas, dentes ruins, orelhas protuberantes, dentre outras, no entanto, atualmente todos sabem que os criminosos desse tipo aparecem em todas as formas.¹²⁰

Abuso infantil: Embora danos cerebrais sejam relativamente comuns, sendo um fator extremamente relevante, casos de abuso e maus tratos também são quase universais, estudos comprovam que cerca de 80% dos assassinos em série

¹¹⁷ CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel? e Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 32

¹¹⁸ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 251.

¹¹⁹ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 254.

¹²⁰ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 252-253

sofreram algum tipo de abuso infantil, muitos sexuais, físicos ou emocionais,¹²¹ além disso, grande parte dos assassinos em série cresceu em lares disfuncionais, o que pode ter gerado grande consequência na vida adulta.¹²²

Ódio pela mãe: Culpa a própria mãe pelos próprios problemas pode ser considerada uma das desculpas mais comuns. De fato, crianças que cresceram com mães que os sodomizavam tendem a ter mais chances de desenvolver uma aversão contra outras mulheres, em decorrência do seu sentimento de ódio dirigido a mãe. Dessa forma, a figura feminina acaba sendo vista como seres repulsivos, que merecem ser brutalizadas.¹²³

Lucro e fama: Embora a grande maioria dos assassinos em série sejam pessoas que só conseguem atingir seu clímax cometendo violência, existem ainda inúmeros casos de indivíduos que cometem crimes em virtude de ganhos financeiros. Ainda, muitos são pessoas fracassadas, que possuem um grande sentimento de vazio que só é preenchido quando se vêem sendo anunciados em jornais e programas de TV, cometendo seus crimes com o intuito de serem eternizados de alguma forma, sua grande ambição é ser *serial killer*, como se fosse uma importante distinção.¹²⁴

Por fim, embora fosse extremamente útil para as autoridades saber de fato quais são os fatores desencadeantes para o cometimento de tantas atrocidades, não se pode dizer com certeza e precisão o que pode ocasionar o cometimento de um crime.

3.4.2 *Modus Operandi* e assinatura

Modus Operandi se refere ao método preferido do assassino cometer seus crimes, de modo que não seja pego. Esse método geralmente costuma a evoluir, melhorar, com o passar do tempo e com o conforto que o mesmo tem em cometer

¹²¹ CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel?** e *Made in Brazil*. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 32.

¹²² SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 255-258.

¹²³ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 258-259.

¹²⁴ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 273-280.

suas atrocidades, é estabelecido tendo em vista as características presentes no crime, como a arma utilizada, a vítima, o local, todo o passo a passo do crime.¹²⁵

Embora muito importante, o *modus operandi* não pode, e nem deve, ser utilizado unicamente para conectar os crimes.¹²⁶

Outro fator importante é o fato de que nem sempre é fácil distinguir o conceito entre *modus operandi* e assinatura.¹²⁷ Modus Operandi é um comportamento prático, necessário para o cometimento do crime.¹²⁸ Já a assinatura é algo que o assassino precisa fazer para que o mesmo se satisfaça, e satisfaça seus impulsos doentios. A mesma só é usada por assassinos que sentem prazer em provocar as autoridades e chamar a atenção da mídia.¹²⁹

Diferente do *modus operandi*, a assinatura tende a nunca mudar, com exceção da mesma se desenvolver. Ainda, vale a ressalva de que a mesma nem sempre estará presente em todos os crimes, mesmo que sejam do mesmo assassino.¹³⁰

3.5 PSICOPATIA E ASSASSINOS EM SÉRIE

Embora tratar-se de dois institutos diversos, muitas vezes a psicopatia é usada como forma de descrever o assassino em série, por isso, é importante frisar e mais ainda, entender que nem todo psicopata é um assassino em série e que nem sempre irá de fato praticar um crime, no entanto, um assassino em série é, na maioria das vezes um psicopata.¹³¹

Conforme explica Littiany Sartori Pereira e Leonardo Mariozi Russi:

¹²⁵ CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel?** e **Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 63.

¹²⁶ CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel?** e **Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 65.

¹²⁷ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 304.

¹²⁸ CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel?** e **Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 64.

¹²⁹ SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel. p. 303.

¹³⁰ CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel?** e **Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017. p. 64.

¹³¹ PEREIRA, Littiany Sartori; RUSSI, Leonardo Mariozi. **O SERIAL KILLER E O PSICOPATA**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da Fap, Itapeva, n. 2, p. 1-9, nov. 2016. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/SVz2AtUnIU1Soee_2020-7-23-17-42-34.pdf. Acesso em: 08 out. 2021.

Segundo pesquisas cerca de 1% (um por cento) da população mundial apresenta esta degeneração da personalidade. Por outro lado, leva em conta que deste grupo apenas uma minoria estaria associada à figura do "serial killer". Contudo, o fato é que 90% dos denominados "assassinos em série" apresentam sintomas de psicopatia. Daí surge uma íntima relação entre uma figura e outra.¹³²

Dessa forma, com tantas características em comum, é normal que muitas pessoas os considerem análogos.

Ainda, como já visto, é de suma importância para ambos os casos buscar a melhor forma de punição para os mesmos, de modo que se possa prevenir e inviabilizar o cometimento de novos crimes.

Assim, o próximo capítulo destina-se a discorrer sobre a medida de segurança, aplicada para os casos onde o psicopata é considerado inimputável ou semi-imputável.

¹³² PEREIRA, Littiany Sartori; RUSSI, Leonardo Mariozi. **O SERIAL KILLER E O PSICOPATA**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da Fait, Itapeva, n. 2, p. 1-9, nov. 2016. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/SVz2AtUnIU1Soee_2020-7-23-17-42-34.pdf. Acesso em: 08 out. 2021.

4 MEDIDA DE SEGURANÇA

A medida de segurança trata-se de uma forma de sanção penal, cujo caráter se dá com fins preventivos e curativos, a mesma é aplicável àqueles que não se enquadram na tipicidade do crime (fato típico, antijurídico e culpável), pois por sua vez são inimputáveis ou semi-imputáveis.¹³³

Prevista no artigo 96 do Código Penal brasileiro, o referido diploma legal deixou de trazer de forma clara seu conceito, sendo necessário que a mesma seja pautada em entendimentos doutrinários.

Corroborando com o tema, Luiz Regis Prado conceitua a medida de segurança da seguinte forma:

As medidas de segurança são consequências jurídicas do delito, de caráter penal, orientadas por razões de prevenção especial. Consubstanciam-se na reação do ordenamento jurídico ante a periculosidade criminal revelada pelo agente após a prática comprovada de um fato típico e ilícito. O objetivo primeiro da medida de segurança imposta é impedir que a pessoa sobre a qual atue volte a delinquir, a fim de que possa levar uma vida sem conflitos com a sociedade.¹³⁴

Dessa forma, a medida de segurança é fundada não na culpabilidade, mas sim na periculosidade, visando à prevenção de modo que inviabilize o cometimento de novos crimes, bem como que o autor receba um tratamento adequado.¹³⁵

Nesse viés, Júlio Fabbrini Mirabete destaca que as medidas de segurança foram uma das mais significativas inovações no ordenamento jurídico brasileiro, pelo fato de a mesma estar pautada na periculosidade do indivíduo diferente da pena restritiva que tem como base o grau de culpabilidade e ainda por ter como objetivo a efetiva recuperação do autor do crime, tendo como principal efeito a prevenção de que os mesmos não venham a cometer novos crimes.¹³⁶

Ainda, importa mencionar que até a Reforma Penal de 1984, o sistema adotado para as medidas de segurança no Brasil era o duplo binário, onde o sujeito que cometia um crime era de certa forma, punido duas vezes, o juiz podia aplicar a pena restritiva e a medida de segurança. Em suma, quando o autor de um delito

¹³³ NUCCI, Guilherme de Souza. Manual do direito penal. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 477.

¹³⁴ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal**: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 335.

¹³⁵ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 477.

¹³⁶ MIRABETE. Julio Fabbrini Mirabete. **Manual de direito penal**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 363.

praticava um crime com grande violência e era considerado perigoso, o mesmo após cumprir a pena imposta, o mesmo continuava detido, até que houvesse o exame de cessação de periculosidade.¹³⁷

Atualmente no ordenamento jurídico brasileiro, é adotado o chamado sistema vicariante, que consiste em uma variação do sistema duplo binário, onde o juiz somente pode aplicar a pena aos imputáveis, ou a medida de segurança, aos inimputáveis, não sendo mais possível a aplicação cumulativa de ambos os institutos.¹³⁸

4.1 PRESSUPOSTOS DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Como visto, a medida de segurança é uma sanção penal aplicada aqueles que não se enquadram nos requisitos para aplicação da pena comum, ou seja, embora cometam um fato típico e antijurídico, os mesmos não possuem culpabilidade.¹³⁹

Dessa forma, para que seja possível a aplicação da medida de segurança, é necessário os pressupostos de aplicação estejam presentes, sendo eles: Ausência de imputabilidade plena, prática de fato punível e periculosidade do autor.¹⁴⁰

Nesse sentido, o artigo 97 do Código Penal traz o referido rol:

Art. 97 - Se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação (art. 26). Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial.¹⁴¹

Dessa forma, só se aplica a medida de segurança se o agente, ao tempo da ação/omissão, não era capaz de entender o caráter ilícito do ato. Ou seja, nesses casos não existe culpabilidade, pois o agente não consegue compreender que está cometendo um fato contrário ao ordenamento jurídico.

O Código Penal, em seu artigo 26, conceitua:

¹³⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 477.

¹³⁸ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte geral: (arts. 1º a 120). São Paulo: Saraiva, 2019. p. 582.

¹³⁹ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 392.

¹⁴⁰ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal**: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 336.

¹⁴¹ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.¹⁴²

Nesse mesmo sentido, aos semi-imputáveis também é possível a aplicação da medida de segurança na hipótese de exigência de especial tratamento curativo¹⁴³, conforme dispõe o Código Penal em seu artigo 98:

Art. 98 - Na hipótese do parágrafo único do art. 26 deste Código e necessitando o condenado de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 1 (um) a 3 (três) anos, nos termos do artigo anterior e respectivos §§ 1º a 4º.¹⁴⁴

Assim, não é mais possível a aplicação da medida de segurança aos agentes imputáveis, salvo àqueles exemplificados no artigo 41 do Código Penal:

Art. 41 - O condenado a quem sobrevém doença mental deve ser recolhido a hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, a outro estabelecimento adequado.¹⁴⁵

O referido artigo trata dos casos onde o agente era ao tempo do crime inteiramente capaz, no entanto, durante o cumprimento da pena passou a sofrer algum distúrbio mental, sendo necessário auxílio médico.

Ainda, destaca-se que a prática de um delito constitui um pressuposto essencial, visto que só se aplica medida de segurança a quem pratica fato típico e ilícito.¹⁴⁶ Ainda, não se aplica a medida de segurança quando não há provas da imputação e para os casos em que o agente é absolvido em casos de excludente de ilicitude.¹⁴⁷

Nesse mesmo sentido, leciona Guilherme de Souza Nucci:

¹⁴² BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

¹⁴³ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal**: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 337.

¹⁴⁴ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

¹⁴⁵ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

¹⁴⁶ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal**: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 336.

¹⁴⁷ MIRABETE. Julio Fabbrini Mirabete. **Manual de direito penal**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 364.

E, justamente por isso, também é indispensável haver respeito ao devido processo legal. Deve-se assegurar ao agente, mesmo que comprovada sua inimputabilidade, o direito à ampla defesa e ao contraditório. Somente após o devido tramite processual, com a produção de provas, poderá o juiz constatando a prática do injusto, aplicar-lhe medida de segurança. Acrescenta-se que, se alguma excludente de ilicitude estiver presente, é obrigação do juiz, a despeito de se tratar de inimputável, absolvê-lo por falta de antijuricidade, sem aplicação de medida de segurança. Aliás, o mesmo deve ocorrer caso comprovada a insuficiência de provas, seja para a materialidade do delito, seja no tocante à autoria.¹⁴⁸

Ademais, a periculosidade do autor é de ser um dos pressupostos essenciais, pois a mesma não pode ser meramente presumida, mas sim plenamente comprovada. A mesma é aferida através de um juízo naturalístico, onde ocorre um cálculo de probabilidade, que tem como intuito entender se existe a possibilidade de o agente voltar a delinquir.¹⁴⁹

Nesse mesmo viés, vale a ressalva de que a legislação atual erradicou a periculosidade ante delitiva, só de fato podendo ser aplicada a pena ao agente que já tenha cometido um crime.¹⁵⁰

Assim, conforme enfatiza Guilherme de Souza Nucci:

Não há mais a medida segurança preventiva, prevista no art. 378 do Código Processo Penal, considerado revogado pela maioria da doutrina. De fato, previa-se a possibilidade de o juiz aplicar medida de segurança preventiva durante a instrução, mas essa providência era um reflexo do antigo art. 80 do Código Penal de 1940, in verbis: "Durante o processo, o juiz pode submeter as pessoas referidas no art. 78, I (inimputáveis) e os ébrios habituais ou toxicômanos às medidas de segurança que lhe sejam aplicáveis". Revogado tal dispositivo, era natural que o direito processual penal tivesse seguido o mesmo destino.¹⁵¹

Ainda, após a edição da Lei 12.403/2011, o Código de Processo Penal passou a prever a possibilidade de o juiz decretar a medida de internação provisória, nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração.¹⁵²

¹⁴⁸ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 479.

¹⁴⁹ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 336.

¹⁵⁰ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 337.

¹⁵¹ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 479.

¹⁵² NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 479.

4.2 INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL

Como visto, para que haja a aplicação da medida de segurança, é necessário que o agente seja inimputável, assim, quando houver dúvida acerca da sanidade mental do mesmo, o juiz deverá determinar a instauração de Incidente de Insanidade Mental, com o objetivo de averiguar a culpabilidade e periculosidade do agente, conforme prescreve o art. 149, §1º, do Código de Processo Penal:

Art. 149. Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.
§ 1º O exame poderá ser ordenado ainda na fase do inquérito, mediante representação da autoridade policial ao juiz competente.¹⁵³

Ainda, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é necessário, que, havendo dúvida acerca da imputabilidade do réu, que o mesmo passe por exame pericial, não podendo ser substituído por entendimento pessoal do juiz.¹⁵⁴

Assim, após a determinação para realização do exame pericial, o mesmo é instaurado em autos diverso, conforme preconiza o artigo 153 do Código de Processo Penal:

Art. 153. O incidente da insanidade mental processar-se-á em auto apartado, que só depois da apresentação do laudo, será apenso ao processo principal.¹⁵⁵

Dessa forma, havendo dúvida em relação a capacidade psíquica do agente, deverá ser nomeado curador especial para acompanhar o processo, conforme estipula o parágrafo segundo do artigo 149 do Código de Processo Penal:

§2º O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o processo, se já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.¹⁵⁶

¹⁵³ BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

¹⁵⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.503.533. Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Brasília, DF, 15 de maio de 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 25 de mai. de 2018. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=HAVENDO+D%DAVIDA+EXAME+PERICIAL&b=ACOR&p=false&l=10&i=3&operador=e&tipo_visualizacao=RESUMO. Acesso em: 08 de out. de 2021.

¹⁵⁵ BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

¹⁵⁶ BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

Após a nomeação do curador especial, o juiz deverá determinar o prazo para a realização da perícia, que conforme o artigo 150 do Código de Processo Penal, não deverá exceder o prazo de quarenta e cinco dias:

Art. 150. Para o efeito do exame, o acusado, se estiver preso, será internado em manicômio judiciário, onde houver, ou, se estiver solto, e o requererem os peritos, em estabelecimento adequado que o juiz designar.

§1º O exame não durará mais de quarenta e cinco dias, salvo se os peritos demonstrarem a necessidade de maior prazo.

§2º Se não houver prejuízo para a marcha do processo, o juiz poderá autorizar sejam os autos entregues aos peritos, para facilitar o exame.¹⁵⁷

O laudo pericial deverá conter as informações acerca da condição do indivíduo em dois momentos distintos, sendo por ocasião da prática criminal e seu estado mental atual, se é capaz de entender o caráter ilícito de seus atos, bem como de posicionar-se de acordo com esse entendimento.¹⁵⁸

Ainda, vale a ressalva de que o resultado de um incidente não poderá ser utilizado em outro processo, visto que o juiz pode, em cada caso, concluir que o agente era penalmente imputável, e por vez, em outro, inimputável.¹⁵⁹

No mesmo tocante, tendo em vista o resultado do exame, o Código de Processo Penal determina:

Art. 151. Se os peritos concluírem que o acusado era, ao tempo da infração, irresponsável nos termos do art. 22 do Código Penal, o processo prosseguirá, com a presença do curador.

Art. 152. Se se verificar que a doença mental sobreveio à infração o processo continuará suspenso até que o acusado se restabeleça, observado o §2º do art. 149.

§1º O juiz poderá, nesse caso, ordenar a internação do acusado em manicômio judiciário ou em outro estabelecimento adequado.

§2º O processo retomará o seu curso, desde que se restabeleça o acusado, ficando-lhe assegurada a faculdade de reinquirir as testemunhas que houverem prestado depoimento sem a sua presença.¹⁶⁰

¹⁵⁷ BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

¹⁵⁸ BRAYNER, Yan Rêgo; BENÍCIO, Francisco Célio Campos Gonçalves. **A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL NA FASE INQUISTORIAL**. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/80293/a-instauracao-do-incidente-de-insanidade-mental-na-fase-inquistorial>. Acesso em: 05 out. 2021.

¹⁵⁹ BRAYNER, Yan Rêgo; BENÍCIO, Francisco Célio Campos Gonçalves. **A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL NA FASE INQUISTORIAL**. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/80293/a-instauracao-do-incidente-de-insanidade-mental-na-fase-inquistorial>. Acesso em: 05 out. 2021.

¹⁶⁰ BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

Assim, apesar de o resultado do exame não restringir o juiz, o mesmo é essencial ao andamento e amparo do devido processo legal. Dessa forma, após a conclusão do incidente de insanidade mental, o juiz pode, ou não, declarar a inimputabilidade ou semi-imputabilidade do acusado quanto aos crimes cometidos e assim, o indivíduo será absolvido e submetido à medida de segurança.¹⁶¹

4.3 APLICAÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA

Após o incidente de insanidade mental, sendo o réu absolvido em razão da sua inimputabilidade, é obrigatória a aplicação da medida de segurança. Ainda, aos semi-imputáveis, o juiz pode aplicar a pena com a redução prevista no artigo 26 do Código Penal, ou até mesmo substituí-la pela medida de segurança, caso o mesmo necessite de tratamento curativo.¹⁶²

Nesse sentido, leciona Julio Fabbrini Mirabete e Renato N. Mirabete:

Absolvido o réu em razão da inimputabilidade, por ser portador de doença mental ou de desenvolvimento incompleto ou retardado, sendo inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, presume-se sua periculosidade, devendo ser aplicada a medida de segurança de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, ou, em sua falta, em estabelecimento adequado. Permite a lei, porém, que o juiz substitua a internação por submissão a tratamento ambulatorial quando ao fato praticado pelo agente é cominada abstratamente a pena de detenção. Não havendo prova de maior periculosidade ou recomendação médica, a substituição se impõe.¹⁶³

Como visto, os requisitos para sua aplicação são: a prática de um fato típico e punível, a ausência de imputabilidade completa e a periculosidade do infrator, ou seja, a possibilidade de que o mesmo volte a delinquir, baseada em sua conduta e anomalias psíquicas.¹⁶⁴

O Código Penal, em seu artigo 96, divide a medida de segurança em duas espécies:

¹⁶¹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ Serviço**: o que é “incidente de insanidade mental”? Publicado em: 21 de set. de 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-e-incidente-de-insanidade-mental/#>. Acesso em: 05 out. 2021.

¹⁶² MIRABETE. Julio Fabbrini Mirabete. **Manual de direito penal**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 364.

¹⁶³ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 393.

¹⁶⁴ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal Vol. I – Parte Geral**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 681.

Art. 96. As medidas de segurança são:

I - Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado;

II - sujeição a tratamento ambulatorial.¹⁶⁵

A internação em hospital de custódia condiz com a modalidade da medida de segurança detentiva, onde o agente deve ser submetido a exames psiquiátricos, criminológicos e de personalidade. Ainda, a referida internação destina-se aos inimputáveis, podendo ser aplicada facultativamente àqueles que tenham cometido crime cuja pena seja de detenção,¹⁶⁶ conforme artigo 97 do Código Penal:

Art. 97 - Se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação (art. 26). Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial.¹⁶⁷

Acerca dos inimputáveis que tenham praticado delitos cuja pena seja de reclusão, o STJ tem entendimento de que o magistrado analisando as peculiaridades do caso em concreto pode aplicar o tratamento ambulatorial.¹⁶⁸

Para esse mesmo caso, os semi-imputáveis também podem ter sua pena privativa substituída por medida de segurança caso seja comprovada a necessidade de um tratamento curativo.¹⁶⁹

Ademais, no tocante ao tratamento ambulatorial entabulado no artigo supracitado, o mesmo diz respeito a uma medida de segurança restritiva, onde são dispensados os cuidados médicos, não implicando em internação, no entanto, o agente deve comparecer ao hospital conforme lhe for determinado para aplicação da modalidade terapêutica. Dessa forma, estão sujeitos ao referido tratamento, àqueles cuja pena seja de detenção, bem como aos semi-imputáveis de igual situação.¹⁷⁰

¹⁶⁵ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

¹⁶⁶ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal**: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 337.

¹⁶⁷ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

¹⁶⁸ Superior Tribunal de Justiça. **Juiz pode escolher tratamento ambulatorial para inimputável acusado de fato punível com reclusão**. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Juiz-pode-escolher-tratamento-ambulatorial-para-inimputavel-acusado-de-crime-punivel-com-reclusao.aspx>. Acesso em: 13 out. 2021.

¹⁶⁹ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal**: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 337.

¹⁷⁰ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal**: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 337.

Não menos importante, há ainda a necessidade de ressaltar a possibilidade de modificação do regime inicial pelo magistrado, conforme o parágrafo quarto do artigo 97 do Código Penal:

§4º Em qualquer fase do tratamento ambulatorial, poderá o juiz determinar a internação do agente, se essa providência for necessária para fins curativos.¹⁷¹

Portanto, a luz de todo exposto, é ressaltada a importância da reabilitação do internado, de modo que a forma de medida de segurança aplicada a ele seja a mais adequada ao seu caso.

4.3.1 Locais de internação e tratamento

Atualmente existem apenas duas espécies de medida de segurança previstas após a reforma penal, sendo: detentiva, que consiste na internação em hospital de custódia, ou na falta do mesmo, outro estabelecimento adequado; e a de caráter restritivo, que consiste no tratamento ambulatorial.¹⁷²

No tocante a internação em hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, o mesmo é em suma, para substituir os antigos manicômios judiciários previstos no Código de 1940, visto que ao longo dos anos, esses institutos apresentaram inúmeros relatos de abusos, pois esses locais eram utilizados, em grande medida, como depósitos humanos.¹⁷³

Nos hospitais de custódia, o internado deverá ser submetido a exames psiquiátricos, criminológicos, bem como de personalidade.¹⁷⁴

Ainda, vale a ressalva de que na falta desse estabelecimento ou quando o mesmo não esteja adequado para promover a assistência necessária, o tratamento poderá ser prestado em outro estabelecimento.¹⁷⁵

Nesse tocante, explica Julio Fabbrini Mirabete e Renato N. Mirabete:

¹⁷¹ BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

¹⁷² MIRABETE. Julio Fabbrini Mirabete. **Manual de direito penal**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 368.

¹⁷³ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal**: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 338.

¹⁷⁴ MIRABETE. Julio Fabbrini Mirabete. **Manual de direito penal**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 368.

¹⁷⁵ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal**: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 338.

O submetido à medida de segurança de internação deve ficar recolhido em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, mas não sendo isso possível, a qualquer outro estabelecimento de características hospitalares, sendo sempre submetido aos exames psiquiátrico, criminológico e de personalidade (arts. 100 e 174, c.c. os arts. 8º e 9º da LEP), bem como ao tratamento adequado. Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médico-psiquiátrica necessária, esta pode ser prestada em outro local mediante autorização da direção do estabelecimento (art. 14, § 29, c.c. o art. 42 da LEP). Deve-se possibilitar a internação em hospital particular quando não há estabelecimento adequado ao tratamento em hospital público desde que assegurada a custódia do internado. Permite a lei, aliás, que seja contratado pelo interessado médico de sua confiança pessoal, a fim de orientar e acompanhar o tratamento (art. 43, caput, da LEP).¹⁷⁶

Dessa forma, não se permite mais a permanência do internado em cadeia pública ou nem mesmo em outro local no qual não seja possível ser prestado um tratamento adequado, constituindo o fato constrangimento ilegal. Nesses casos, é de suma importância que seja realizada a transferência do internado para um estabelecimento adequado ou, até mesmo, na medida do possível, a substituição temporária da internação pelo tratamento ambulatorial.¹⁷⁷

Assim, é possível notar que em todos os casos é de grande importância manter a custódia da pessoa submetida a medida de segurança.¹⁷⁸

Em se tratando do tratamento ambulatorial, o mesmo se trata de uma medida de segurança não detentiva, devendo apenas ao sentenciado comparecer junto ao hospital de custódia ou local indicado, para que o mesmo seja submetido a terapias, conforme estipula o artigo 101 da Lei de Execução Penal.

Art. 101. O tratamento ambulatorial, previsto no artigo 97, segunda parte, do Código Penal, será realizado no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico ou em outro local com dependência médica adequada.¹⁷⁹

Ainda, vale a ressalva de que o exame criminológico é facultativo, porém, se em qualquer fase do tratamento ambulatorial for necessária a aplicação de tratamentos curativos, o mesmo poderá ser submetido a internação em hospital de custódia.¹⁸⁰

¹⁷⁶ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 404.

¹⁷⁷ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 404.

¹⁷⁸ MIRABETE, Julio Fabbrini Mirabete. **Manual de direito penal**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 369.

¹⁷⁹ BRASIL. **Lei de execução Penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

¹⁸⁰ MIRABETE, Julio Fabbrini Mirabete. **Manual de direito penal**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 369.

4.3.2 Conversão da pena restritiva em medida de segurança

Como já anteriormente mencionado, há no ordenamento jurídico ainda, a possibilidade de aplicação da medida de segurança ao agente que tenha sido condenado a pena privativa.

Nesse sentido, o Código de Processo Penal estipula:

Art. 751. Durante a execução da pena ou durante o tempo em que a ela se furtar o condenado, poderá ser imposta medida de segurança, se:

I - o juiz ou o tribunal, na sentença:

- a) omitir sua decretação, nos casos de periculosidade presumida;
- b) deixar de aplicá-la ou de excluí-la expressamente;
- c) declarar os elementos constantes do processo insuficientes para a imposição ou exclusão da medida e ordenar indagações para a verificação da periculosidade do condenado;

II - tendo sido, expressamente, excluída na sentença a periculosidade do condenado, novos fatos demonstrarem ser ele perigoso.

Art. 752. Poderá ser imposta medida de segurança, depois de transitar em julgado a sentença, ainda quando não iniciada a execução da pena, por motivo diverso de fuga ou ocultação do condenado:

I - no caso da letra a do no I do artigo anterior, bem como no da letra b, se tiver sido alegada a periculosidade;

II - no caso da letra c do no I do mesmo artigo.

Art. 753. Ainda depois de transitar em julgado a sentença absolutória, poderá ser imposta a medida de segurança, enquanto não decorrido tempo equivalente ao da sua duração mínima, a indivíduo que a lei presuma perigoso.¹⁸¹

Assim, caso o mesmo venha durante o cumprimento da pena a sofrer de alguma doença mental ou perturbação da saúde mental, sendo necessário auxílio médico, permite a lei a conversão da pena para a medida de segurança, também por força do artigo 183 da Lei de Execução Penal:

Art. 183. Quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da autoridade administrativa, poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança.¹⁸²

Nesse tocante, é necessário ainda distinguir que: caso o condenado venha a sofrer de alguma doença mental, mas que a mesma não se trate de uma enfermidade duradoura, deve ser aplicada a hipótese do artigo 41 do Código Penal, o sentenciado será transferido para o hospital de custódia por tempo suficiente para

¹⁸¹ BRASIL. **Código de Processo Penal**. decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

¹⁸² BRASIL. **Lei de execução Penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

que o mesmo seja curado e após, o mesmo deve retornar a cumprir sua pena original. Porém, caso a doença tenha caráter duradouro, a transferência não será provisória, e sim definitiva, devendo nesse caso ao juiz converter a pena em medida de segurança.¹⁸³

Ainda acerca do tema, o Superior Tribunal de Justiça posiciona-se

A medida de segurança prevista na Lei de Execuções Penais, hipótese dos autos, é aplicada quando, no curso na execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, sendo adstrita ao tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade fixada na sentença condenatória, sob pena de ofensa à coisa julgada. Verificado o cumprimento integral da medida de segurança substitutiva, deve ser determinada sua extinção.¹⁸⁴

Dessa forma, após a pena ter sido convertida em medida de segurança, não mais poderá ser cogitada a pena anteriormente imposta, visto que aquela é regida por normas próprias e diversas, sendo necessária a aplicação da medida de segurança até que seja verificada a cessação da periculosidade.¹⁸⁵

4.3.3 Prazo da medida de segurança

A medida de segurança inicia-se após o trânsito em julgado da sentença, assim, é indispensável de guia de tratamento ou internamento¹⁸⁶, conforme estipula artigo 173 da Lei de Execução Penal:

Art. 173. A guia de internamento ou de tratamento ambulatorial, extraída pelo escrivão, que a rubricará em todas as folhas e a subscreverá com o Juiz, será remetida à autoridade administrativa incumbida da execução e conterá:
I - a qualificação do agente e o número do registro geral do órgão oficial de identificação;
II - o inteiro teor da denúncia e da sentença que tiver aplicado a medida de segurança, bem como a certidão do trânsito em julgado;

¹⁸³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 482.

¹⁸⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas-Corpus nº 88849. Relator: Ministra Jane Silva. Brasília, DF, 28 de novembro de 2007. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 17 de dez. de 2007. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8766282/habeas-corpus-hc-88849-sp-2007-0190440-7/inteiro-teor-13841789>. Acesso em: 08 out. 2021.

¹⁸⁵ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 401.

¹⁸⁶ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 341.

III - a data em que terminará o prazo mínimo de internação, ou do tratamento ambulatorial;

IV - outras peças do processo reputadas indispensáveis ao adequado tratamento ou internamento.

§ 1º Ao Ministério Público será dada ciência da guia de recolhimento e de sujeição a tratamento.

§ 2º A guia será retificada sempre que sobrevier modificações quanto ao prazo de execução.¹⁸⁷

Dessa forma, não há mais a possibilidade de aplicação provisória da medida de segurança, no entanto, é possível aplicação de medida cautelar de internação provisória nos casos de crimes praticados com violência ou grave ameaça assim que os peritos concluírem ser o réu inimputável ou semi-imputável, e houver risco do mesmo cometer novos crimes, como é o caso dos assassinos em série.¹⁸⁸

O juiz deve fixar um prazo mínimo de duração para a medida de segurança, devendo ser entre um e três anos para qualquer ilícito praticado, não podendo o juiz em nenhuma hipótese fixar um prazo menor ou maior, devendo ao fim ser realizado exame de cessação de periculosidade. Ainda, importa mencionar que se computa na contagem do prazo, pela detração, o tempo em que o réu permaneceu em prisão provisória, administrativa ou internação.¹⁸⁹

No mais, a lei estipula que a medida de segurança se dá por prazo indeterminado, devendo perdurar até cessar a periculosidade do agente, no entanto, o caráter muitas vezes perpetuo da medida de segurança é inconstitucional, dessa forma, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento na Súmula 527 de que o tempo máximo de duração da medida de segurança não pode exceder o limite máximo da pena em abstrato, qual seja hoje, 40 anos.¹⁹⁰

4.3.4 Exame de cessação de periculosidade e desinternação

A lei estipula que deve ser realizada perícia médica ao fim do prazo mínimo para comprovar o fim de sua periculosidade, para que assim ocorra a desinternação ou liberação do tratamento ambulatorial. No entanto, caso surja algum fato

¹⁸⁷ BRASIL. **Lei de execução Penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

¹⁸⁸ PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal**: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 341.

¹⁸⁹ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 395.

¹⁹⁰ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 481.

superveniente ou requerimento, poderá o juiz determinar a antecipação do exame, conforme artigo 176 da Lei de Execução Penal:¹⁹¹

Art. 176. Em qualquer tempo, ainda no decorrer do prazo mínimo de duração da medida de segurança, poderá o Juiz da execução, diante de requerimento fundamentado do Ministério Público ou do interessado, seu procurador ou defensor, ordenar o exame para que se verifique a cessação da periculosidade, procedendo-se nos termos do artigo anterior.¹⁹²

Caso não seja comprovada a cessação da periculosidade, o exame deverá ser realizado novamente uma vez por ano, respeitando o prazo máximo para a duração da medida de segurança.¹⁹³

Caso comprovada a cessação da periculosidade, a execução da medida de segurança deve ser suspensa, e após o trânsito em julgado da sentença que reconhecer a cessação de periculosidade, deve o juiz expedir ordem de desinternação ou liberação, juntamente com as condições impostas para a liberação. A suspensão será revogada caso antes de um ano o internado praticar fato que indique a persistência da periculosidade, bem como descumprimento de condições.¹⁹⁴

Ainda, a legislação prevê a possibilidade de desinternação progressiva, ou seja, a conversão da internação em tratamento ambulatorial, caso seja necessário a continuidade de tratamento.¹⁹⁵

4.4 EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA AO PSICOPATA

Devido a ineficiência da lei brasileira, até os dias atuais não foi possível esclarecer qual é o tratamento penal aplicado definitivamente para o psicopata, tendo em vista a enorme discordância acerca da sua imputabilidade.

Partindo da ideia onde o portador de psicopatia é considerado semi-imputável, qual seja atualmente o entendimento majoritário da justiça brasileira, os

¹⁹¹ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 484

¹⁹² BRASIL. **Lei de execução Penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

¹⁹³ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 397.

¹⁹⁴ MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019. p. 398-399.

¹⁹⁵ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 485.

mesmos podem ter sua pena reduzida ou podem ser enviados para hospital de custódia, caso o grau de periculosidade seja demasiadamente alto para o convívio com a sociedade.¹⁹⁶

No tocante aos hospitais de custódia, em tese criados como meio de substituição para os antigos manicômios judiciários, os mesmos não apresentaram grandes melhoras.

Nesse sentido enfatiza Daniela Arbex:

Em 2004, uma inspeção nacional realizada nos hospitais psiquiátricos brasileiros pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil encontrou condições subumanas em vinte e oito unidades. Considerada uma das maiores vitórias feitas no país, o trabalho alcançou dezesseis estados e revelou que, de norte a sul do país, ainda prevalecem métodos que reproduzem a exclusão, apesar dos avanços conquistados com a aprovação de leis em favor da humanização das instituições de atenção à saúde mental e da consolidação de instrumentos legais comprometidos com os direitos civis dos pacientes psiquiátricos. Nessas unidades foram encontrados celas fortes, instrumentos de contenção e muitos, muitos cadeados, além de registros de mortes por suicídio, afogamento, agressão ou a constatação de que, para muitos óbitos, simplesmente, não houve interesse em definir as causas.¹⁹⁷

Assim, acredita-se que a medida de segurança só seria um meio eficaz a partir do momento que existisse um tratamento específico para o distúrbio da psicopatia, seja durante a internação em hospital de custódia ou tratamento ambulatorial, visto que os tratamentos oferecidos não surtem efeito, levando em conta o grande grau de reincidência desses indivíduos.¹⁹⁸

Nesse mesmo contexto, muitos estudiosos afirmam que a psicopatia não possui cura, e por esse motivo, embora a aplicação da medida de segurança seja mais recomendável, a mesma não atingiria a sua finalidade curativa, tornando-se em suma, uma pena privativa de liberdade sem prazo determinado, o que é inconstitucional.¹⁹⁹

¹⁹⁶ DUARTE, Thallyta Lorrane da Costa. **PSICOPATIA E DIREITO PENAL: uma interrelação possível.** 2018. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Unievangélica, Anápolis, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/762/1/Monografia%20-%20Thallyta%20Lorrane.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

¹⁹⁷ ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019. p. 268.

¹⁹⁸ GOMES, Melissa de Freitas Elias. **A mente criminosa e a psicopatia no âmbito jurídico e na psiquiatria forense.** 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/56296/a-mente-criminosa-e-a-psicopatia-no-ambito-juridico-e-na-psiquiatria-forense>. Acesso em: 10 out. 2021.

¹⁹⁹ ARAÚJO, Jáder Melquíades de. **Da aplicabilidade da medida de segurança aos psicopatas: um estudo à luz do parágrafo único do artigo 26 do código penal brasileiro. um estudo à luz do parágrafo único do artigo 26 do Código Penal Brasileiro.** Disponível em:

Nesse sentido explicam Littiany Sartori Pereira e Leonardo Mariozi Russi:

A psicopatia não tem cura, assim como um serial killer, portanto esses assassinos não possuem condições de ressocialização, eles são irrecuperáveis. De acordo com a legislação brasileira, ao cometerem o crime e serem pegos, teriam diferentes tipos penalidades em decorrência de ser ou não considerado responsável pelos seus atos, quando o definirem como psicopata ou psicótico.²⁰⁰

Corroborando com esse entendimento Jáder Melquíades de Araújo:

A medida de segurança aplicada aos psicopatas, em tese, resolveria todos os problemas atinentes aos crimes praticados por estes indivíduos, pois tal medida não possui um período determinado de duração, ou seja, persiste enquanto existir a doença. O psicopata criminoso permaneceria "enjaulado" por prazo não sabido.

A crítica a esta alternativa reside no fato de que a finalidade da medida de segurança estaria sendo distorcida, pois, como a psicopatia sabidamente não tem cura, a medida de segurança não teria fim, seria perpétua. Logo, materialmente, tal sanção não poderia ser caracterizada como uma medida de segurança, mas sim como uma pena privativa de liberdade.²⁰¹

Ainda, alguns especialistas afirmam que os psicopatas podem acabar destruindo o local de tratamento, bem como prejudicando os demais, sendo assim, uma das soluções mais viáveis para os mesmos seria a cela individual ou a divisão com outros acometidos do mesmo problema, entanto, aplicada dessa forma, a mesma também se mostraria insuficiente tendo em vista que não atingiria seu fim curativo.²⁰²

<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/da-aplicabilidade-da-medida-de-seguranca-aos-psicopatas-um-estudo-a-luz-do-paragrafo-unico-do-artigo-26-do-codigo-penal-brasileiro/>. Acesso em: 13 out. 2021.

²⁰⁰ PEREIRA, Littiany Sartori; RUSSI, Leonardo Mariozi. **O SERIAL KILLER E O PSICOPATA**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da Fait, Itapeva, n. 2, p. 1-9, nov. 2016. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/SVz2AtUnIU1Soee_2020-7-23-17-42-34.pdf. Acesso em: 08 out. 2021.

²⁰¹ ARAÚJO, Jáder Melquíades de. **Da aplicabilidade da medida de segurança aos psicopatas: um estudo à luz do parágrafo único do artigo 26 do código penal brasileiro**. um estudo à luz do parágrafo único do artigo 26 do Código Penal Brasileiro. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/da-aplicabilidade-da-medida-de-seguranca-aos-psicopatas-um-estudo-a-luz-do-paragrafo-unico-do-artigo-26-do-codigo-penal-brasileiro/>. Acesso em: 13 out. 2021.

²⁰² GOMES, Melissa de Freitas Elias. **A mente criminosa e a psicopatia no âmbito jurídico e na psiquiatria forense**. 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/56296/a-mente-criminosa-e-a-psicopatia-no-ambito-juridico-e-na-psiquiatria-forense>. Acesso em: 10 out. 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento do presente trabalho, observou-se a grande dificuldade e ineficiência de se diagnosticar, e principalmente, aplicar um tratamento penal adequado para os portadores de psicopatia.

Dessa forma, foi possível observar que o ordenamento jurídico brasileiro ainda é falho nesse quesito, não possuindo mecanismos suficientes para o julgamento dos crimes cometidos pelos portadores de psicopatia, visto a enorme discordância acerca de sua imputabilidade penal.

Por vezes, quando os psicopatas são considerados imputáveis, após o cumprimento da pena, os mesmos voltarão a delinquir, pois não conseguem controlar seus impulsos e muito menos entendem a gravidade de seus atos, possuindo um enorme desprezo pelas leis, como o caso dos assassinos em série, onde apesar de serem dois institutos diversos, muitas vezes a psicopatia é usada como forma de descrever a personalidade do assassino em série, pois, em sua grande maioria é portador de psicopatia.

Assim, questiona-se então qual seria a maneira mais eficaz para realizar o tratamento desses indivíduos.

Partindo da ideia de que o portador de psicopatia pode ser considerado semi-imputável, ou até mesmo, inimputável, surge à importância da medida de segurança, que como visto, consiste em uma espécie de sanção penal aplicada àqueles que não se enquadram nos requisitos para aplicação da pena comum, qual seja, a culpabilidade, pois os mesmos não conseguem compreender completamente, ou ainda, parcialmente, o caráter ilícito de seus atos, bem como não conseguem se posicionar de acordo, e por esse motivo são considerados inimputáveis ou semi-imputáveis, onde deverão receber um tratamento penal diferente dos demais.

Ademais, outro fator de suma importância acerca da medida de segurança, se dá ao fato de a mesma basear-se na periculosidade do agente, que como visto é extrema nos casos dos assassinos em série, em sua grande maioria portadores de psicopatia.

A mesma, tem como objetivo vislumbrar a probabilidade de o agente cometer novos crimes, ou seja, reincidir. Assim, vislumbra-se a natureza preventiva da medida de segurança, pois a mesma visa impedir que os mesmos venham a cometer novos crimes e causar maiores prejuízos à sociedade.

Para melhor compreensão desse instituto, cumpre ressaltar que a medida de segurança pode ser aplicada de duas formas diferentes sendo:

A internação, aplicada àqueles que apresentam maior grau de periculosidade, e por esse motivo necessitam ficar reclusos para receber o tratamento. O cumprimento se dá nos hospitais de custódia, onde o internado deverá ser submetido a exames psiquiátricos, criminológicos e de personalidade.

O tratamento ambulatorial, por sua vez, ocorre quando não se faz necessário o internamento do paciente, apenas o seu comparecimento no local indicado para receber o tratamento estipulado.

No tocante ao tratamento ambulatorial, há de se destacar a possibilidade de modificação do regime inicial, onde caso seja necessário, o juiz pode determinar que o agente passe do tratamento ambulatorial para a internação.

A medida de segurança inicia-se após o trânsito em julgado da sentença, onde o juiz deve fixar um prazo mínimo de duração, devendo ser entre um e três anos, devendo ao fim ser realizado exame de cessação de periculosidade. Ainda, a lei estipula que a medida de segurança se dá por prazo indeterminado, devendo perdurar até cessar a periculosidade do agente, no entanto, o caráter muitas vezes perpetuo da medida de segurança é inconstitucional, não podendo exceder o limite máximo da pena em abstrato, qual seja hoje, 40 anos.

A lei estipula que deve ser realizada perícia médica ao fim do prazo mínimo para comprovar o fim de sua periculosidade, para que assim ocorra a desinternação ou liberação do tratamento ambulatorial. Caso não seja comprovada a cessação da periculosidade, o exame deverá ser realizado novamente uma vez por ano, respeitando o prazo máximo para a duração da medida de segurança.

Assim, em que pese se tratar de um instituto de extrema importância para o tratamento daqueles que não podem ser punidos como imputáveis, a mesma com o passar dos anos recebeu inúmeras críticas, haja vista que até o presente momento a mesma não vem cumprindo seu papel ressocializador e curativo.

Mesmo após a reforma manicomial, não se vislumbrou grandes mudanças dos antigos manicômios judiciários, que eram em sua grande maioria depósitos humanos que serviam para tirar da sociedade os indesejáveis, não cumprindo assim o seu fim curativo

Ainda, denota-se que até o presente momento, nenhum método de tratamento específico para a psicopatia fora apresentado, em suma pelo fato de a

psicopatia não possuir cura, como acredita grande parte dos estudiosos do tema, ou pelo fato de não ser considerada uma doença.

Assim, embora a medida de segurança ser de extrema importância, a mesma não apresenta resultados quando aplicada aos psicopatas, pois após o cumprimento da mesma, se colocados em liberdade, voltarão a delinquir.

Deveras, a hipótese apresentada na introdução do presente trabalho foi confirmada, tendo em vista que a medida de segurança aplicada aos portadores de psicopatia se mostrou ineficaz, haja vista a enorme discordância acerca de sua imputabilidade, bem como a falta de tratamento específico a esses indivíduos.

Ainda, não há como comprovar que a medida de segurança atingiria seu fim curativo e o mesmo não voltaria a cometer novos crimes após o término do tratamento. Assim, vislumbra-se que para o portador de psicopatia não teria diferença o local onde o mesmo cumpriria sua pena, podendo o mesmo cumpri-la em presídios comuns, sem ser submetido a tratamento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jáder Melquíades de. **Da aplicabilidade da medida de segurança aos psicopatas**: um estudo à luz do parágrafo único do artigo 26 do código penal brasileiro. um estudo à luz do parágrafo único do artigo 26 do Código Penal Brasileiro. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/da-aplicabilidade-da-medida-de-seguranca-aos-psicopatas-um-estudo-a-luz-do-paragrafo-unico-do-artigo-26-do-codigo-penal-brasileiro/>.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

BAIA, Lhais Silva. **Semi-imputabilidade penal e medidas de segurança**. In: Canal Ciências Criminais. 2018. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/614629910/semi-imputabilidade-e-medidas-de-seguranca>. Acesso em: 04 de set. de 2021.

BARBOSA, Bruna Cristina Gamberini. **Imputabilidade penal**. In: Jus.com.br. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/86962/imputabilidade-penal>. Acesso em: 31 de jul. de 2021.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2003.

BOAVENTURA, Isabella Alves. **PSICOPATIA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO**. 2018. 46 f. TCC (Doutorado) - Curso de Direito, Unievangélica, Anápolis, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/766/1/Monografia%20-%20Isabella%20Alves.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

BRASIL. **Lei de execução Penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.503.533. Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Brasília, DF, 15 de maio de 2018. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 25 de mai. de 2018. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=HAVENDO+D%DAVIDA+EXAME+PERICIAL&b=ACOR&p=false&l=10&i=3&operador=e&tipo_visualizacao=RESUMO. Acesso em: 08 de out. de 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas-Corpus nº 186149. Relator Ministro Jorge Mussi. Brasília, DF, 04 de agosto de 2011. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 19 de ago. de 2011. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21099539/habeas-corpus-hc-186149-df-2010-0176782-7-stj/inteiro-teor-21099540>. Acesso em: 08 out. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas-Corpus nº 88849. Relator: Ministra Jane Silva. Brasília, DF, 28 de novembro de 2007. **Diário da Justiça Eletrônico**.

Brasília, 17 de dez. de 2007. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8766282/habeas-corpus-hc-88849-sp-2007-0190440-7/inteiro-teor-13841789>. Acesso em: 08 out. 2021.

BRAYNER, Yan Rêgo; BENÍCIO, Francisco Célio Campos Gonçalves. **A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL NA FASE INQUISTORIAL**. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/80293/a-instauracao-do-incidente-de-insanidade-mental-na-fase-inquistorial>. Acesso em: 05 out. 2021.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte geral: (arts. 1º a 120)**. São Paulo: Saraiva, 2019.

CASOY, Ilana. **Arquivos Serial Killer: louco ou cruel? e Made in Brazil**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017.

CHAVES, José Péricles; MARQUES, Leonor Matos. **Psicopatas: como são tratados no sistema penal brasileiro**. 2018. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-172/psicopatas-como-sao-tratados-no-sistema-penal-brasileiro/>. Acesso em: 08 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ Serviço: o que é “incidente de insanidade mental”?**. Publicado em: 21 de set. de 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-e-incidente-de-insanidade-mental/#>. Acesso em: 05 out. 2021.

DUARTE, Thallyta Lorrane da Costa. **PSICOPATIA E DIREITO PENAL: uma interrelação possível**. 2018. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Unievangélica, Anápolis, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/762/1/Monografia%20-%20Thallyta%20Lorrene.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.

ESTEFAM, André. **Direito penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2021.

FARIAS JÚNIOR, João. **MANUAL DE CRIMINOLOGIA**. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

FILHO, Nestor Sampaio Penteado. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2019.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de Direito Penal (Parte Geral)**. São Paulo: Malheiros, 2017.

GOMES, Melissa de Freitas Elias. **A mente criminosa e a psicopatia no âmbito jurídico e na psiquiatria forense**. 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/56296/a-mente-criminosa-e-a-psicopatia-no-ambito-jurdico-e-na-psiquiatria-forense>. Acesso em: 10 out. 2021.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120)**. São Paulo: Saraiva, 2020.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Código penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2019.

MIRABETE. Julio Fabbrini Mirabete. **Manual de direito penal**. São Paulo: Atlas, 2004.

MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual do direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; PENTEADO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2020.

PEREIRA, Littiany Sartori; RUSSI, Leonardo Mariozi. **O SERIAL KILLER E O PSICOPATA**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da Fait, Itapeva, n. 2, p. 1-9, nov. 2016. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/SVz2AtUnIU1Soee_2020-7-23-17-42-34.pdf. Acesso em: 08 out. 2021.

PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao Código Penal: Jurisprudência, conexões lógicas com os vários ramos do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SANTOS, Juarez Cirino. **Direito Penal: parte geral**. São Paulo: Tirant lo blanch, 2020.

SCHECHTER, Harold. **Serial Killers: anatomia do mal**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013. Tradução de: Lucas Magidel.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado**. São Paulo: Globo, 2014.

SIQUEIRA, Marília Gabriela Silva. **OS NÍVEIS DE PSICOPATIA E O TRATAMENTO DADO AO PSICOPATA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO**. 2021. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiania, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2134/2/TCC%20-%20MARILIA%20PRONTO.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

SOUZA, André Peixoto de. **Os níveis de psicopatia do Dr. Stone**. 2020. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/os-niveis-de-psicopatia-do-dr-stone/>. Acesso em: 08 set. 2021.

Superior Tribunal de Justiça. **Juiz pode escolher tratamento ambulatorial para inimputável acusado de fato punível com reclusão**. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Juiz-pode-escolher-tratamento-ambulatorial-para-inimputavel-acusado-de-crime-punivel-com-reclusao.aspx>. Acesso em: 13 out. 2021.

ZAFFARONI. Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.